



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024, QUE
CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO; E BIOTEC CONTROLE
AMBIENTAL LTDA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 13.499.467/0001-70**, sediada na avenida João Valério, 282, sala 10, Letra I, São Geraldo, CEP 69053-358, Manaus, AM, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio-administrador Dario Duran Gutierrez, conforme Instrumento da 12ª Alteração da Sociedade de 12/03/2024, anexo a este contrato; e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90003/2024, processo administrativo nº 23076.031540/2023-41** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VALOR CONTRATUAL ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação, em item único, de serviços contínuos de Gerenciamento Técnico-Administrativo do Biotério Central da UFPE com a produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da

CONTRATANTE, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf - livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O serviço ora contratado se encontra catalogado no Catálogo de Serviços – CATSER do Governo Federal sob o código 5380.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a)** O Termo de Referência (**documento 151** do processo administrativo ao qual se vincula este contrato, indicado no preâmbulo acima), anexo a este Contrato.
- b)** O Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2024 (**documento 155** do referido processo).
- c)** A proposta da CONTRATADA (**documento 166** do referido processo).
- d)** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura deste Contrato pelas partes, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

2.2. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. Este contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **R\$ 391.875,00** (trezentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais), perfazendo o valor total de **R\$ 4.702.500,00** (quatro milhões, setecentos e dois mil e quinhentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b.** Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, a CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

- 7.12.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.14.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.15.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.16.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.21.** A repactuação será formalizada por apostilamento.

7.22. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.24. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela CONTRATADA a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.25. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituída, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas dela;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quando à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação.
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da CONTRATANTE na gestão interna da CONTRATADA.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- a) A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar a seguradora emitente da Apólice de Seguro Garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.13. Comunicar à CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. [93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrências de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato e seus anexos.

9.1.2. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE no local do serviço para representá-la na execução deste Contrato.

9.1.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos e/ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

- 9.1.8.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no quadro funcional da CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 9.1.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor da CONTRATANTE responsável pela fiscalização deste Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND.
- 9.1.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 9.1.11.** Comunicar ao fiscal deste Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.13.** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que

for necessário à execução do objeto, durante a vigência deste Contrato.

- 9.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.16.** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.1.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.1.18.** Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no Pregão Eletrônico nº 90003/2024.
- 9.1.19.** Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).
- 9.1.20.** Comprovar a reserva de cargos referida acima (**9.1.19**), no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).
- 9.1.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.
- 9.1.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 9.1.24.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e

instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

- 9.1.25.** Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.1.26.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.1.27.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.1.28.** Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.
- 9.1.29.** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos àqueles.
- 9.1.30.** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.
- 9.1.31.** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a CONTRATANTE analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.1.32.** Autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- 9.1.33.** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 9.1.34.** Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.
- 9.1.35.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.
- 9.1.36.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas por este Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.1.37.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.1.37.1.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via *internet*, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.1.37.2.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.1.37.3.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.1.37.4.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 9.1.38.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do

Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal.

- 9.1.39.** Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura deste Contrato de Prestação de Serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame e deste Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2.** Os dados *obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4.** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
- 10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6.** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7.** A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por

garantir sua observância.

- 10.8.** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9.** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12.** Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 11.1.** A contratação conta com garantia de execução nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **seguro garantia**, conforme apólice 0306920249907751165983000, proposta 2.720.549, emitida em 16/05/2024 pela Pottencial Seguradora S.A., no valor de **R\$ 235.125,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais, cento e vinte e cinco reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste Contrato e **vigência de 20/05/2024 a 18/08/2025**.

- 11.1.1.** O seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 11.2.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.3.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na **cláusula 11.5** deste contrato.
- 11.4.** Na hipótese de suspensão deste Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATANTE ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.
- 11.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.5.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.5.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
 - 11.5.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 11.6.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na **cláusula 11.5**, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.7.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.8.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.9.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 11.10.** No caso de alteração do valor deste Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.11.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.12.** A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.12.1.** O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA (**Pottencial Seguradora S.A., avenida Raja Gabaglia, 1143, 19º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte, MG, CEP 30380-403**) deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 11.12.2.** Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).
- 11.13.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas deste Contrato.
- 11.14.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução deste Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.15.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS,

observada a legislação que rege a matéria.

- 11.16.** Também poderá haver liberação da garantia se a CONTRATADA comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 11.17.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: **(1)** do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou **(2)** da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 11.18.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 11.19.** A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital licitatório e neste Contrato.
- 11.20.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA 12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. A CONTRATADA cometerá infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), se:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA quando incorrer em qualquer infrações acima descritas, concomitantemente ou não, as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da **cláusula 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da **cláusula 12.1** deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
 - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da **cláusula 12.1**, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

- 12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 12.8.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- 12.9.** A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 12.11.** Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA 13 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 13.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.2.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.2.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção

contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 13.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 13.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3.** Indenizações e multas.
- 13.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 13.6.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 13.7.** A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 13.8.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 13.9.** Até que a CONTRATADA comprove o disposto na **cláusula 13.8**, a CONTRATANTE

reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese da **cláusula 13.9**, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à CONTRATADA (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. A CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 14 – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes](#)

da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, aprovadas pelo Magnífico mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal na UFPE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 15.1.1.** Gestão/Unidade: 156905
 - 15.1.2.** Fonte de Recursos: TESOURO/FUNCIONAMENTO DAS IFE'S/CUSTEIO
 - 15.1.3.** Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026
 - 15.1.4.** Elemento de Despesa: 3390.39
- 15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 16 – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 17 – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA 18– FORO ([art. 92, §1º](#))

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).


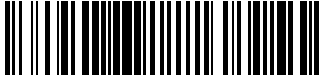
Recife, PE, 20 de maio de 2024.

Alfredo Macedo Gomes
Reitor
Universidade Federal de Pernambuco
CONTRATANTE

DARIO DURAN
GUTIERREZ:01973161826

Assinado de forma digital por DARIO
DURAN GUTIERREZ:01973161826
Dados: 2024.05.17 10:56:02 -03'00'

Dario Duran Gutierrez
Sócio-administrador
BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA.
CONTRATADA

 <div>Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência,</div>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 13200558022		Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas					
Nome: BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					
<div>Nº FCN/REMP  AMP2400027450</div>					
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL	
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
<div><div>MANAUS Local 25 Março 2024 Data</div><div>Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____</div></div>					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<div><input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA</div>					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <div><div><input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO __/__/____ Data Responsável</div><div><input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO __/__/____ Data Responsável</div></div>					
<div>Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável</div>					
DECISÃO SINGULAR <div><div><input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.</div><div>2ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>3ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>4ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>5ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>____/____/____ Data Responsável</div></div>					
DECISÃO COLEGIADA <div><div><input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.</div><div>2ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>3ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>4ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>5ª Exigência <input type="checkbox"/></div><div>____/____/____ Data Vogal Vogal Vogal Presidente da _____ Turma</div></div>					
OBSERVAÇÕES					



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/016.482-2	AMP2400027450	25/03/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
019.731.618-26	DARIO DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Junta Comercial do Estado do Amazonas



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.


MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA-GERAL

**INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE DENOMINADA
BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO LTDA**

Os infra-assinados, **DARIO DURAN GUTIERREZ**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, empresário, natural de São Paulo/SP, portador da Cédula de Identidade nº 6.944.156 SSP/SP e CPF nº 019.731.618-26, nascido em 13/01/1958, residente na Rua Salvador, nº 345, apto 1601, Bairro Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus/AM, **LUCIANO FOIANESI**, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador do CPF nº. 013.210.668-05 e RG nº. 12.500.442 SSP-SP, natural de São Paulo - SP, nascido em 23/06/1961, residente na Rua Divinópolis, nº 16, Bairro Bosque dos Eucaliptos, CEP 12233-200, São José dos Campos/SP, únicos sócios da sociedade denominada **BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO LTDA**, com sua sede localizada na Avenida João Valério, nº 282, Sala 10, Letra I, Bairro São Geraldo, CEP 69053-358, Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº **13.499.467/0001-70** com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial deste Estado sob o **NIRE nº 13200558022** em **12/04/2011** e filial situada na Av. Eng. Humberto Monte, nº 2929, Sala 114, Bairro Pici, CEP 60440-593, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº **13.499.467/0002-50** e **NIRE nº 23920000141**, resolvem de comum acordo, alterá-lo mediante a cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RAZÃO E DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de **BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - O sócio, **DARIO DURAN GUTIERREZ**, já qualificado neste instrumento contratual legítimo possuidor de 3.330.000 (três milhões e trezentos e trinta mil) quotas no valor total unitário de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 3.330.000,00 (três milhões e trezentos e trinta mil reais), totalmente integralizados em moeda corrente do país, resolve ceder e transferir 1.110.000 (um milhão e cento e dez mil) quotas, pelo mesmo valor nominal para o sócio admitido neste instrumento, **ARTHUR DURAN GUTIERREZ**, casado em regime de separação total de bens, empresário, nascido em 23/08/1988, portador do CPF nº 981.317.372-68 e RG nº 436881147 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Salvador, 440, apartamento 911, Adrianópolis, CEP 69057-040, Manaus/AM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), integralizado em moeda corrente e legal do país, dividido em 3.700.000 (três milhões e setecentos mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), passam a ser distribuídas da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	%	VALOR R\$
DARIO DURAN GUTIERREZ	2.220.000	60	2.220.000,00
ARTHUR DURAN GUTIERREZ	1.110.000	30	1.110.000,00
LUCIANO FOIANESI	370.000	10	370.000,00
TOTAL	3.700.000	100	3.700.000,00

CLÁUSULA QUARTA - A administração da sociedade e o uso da denominação social será exercida pelos sócios **DARIO DURAN GUTIERREZ** e **LUCIANO FOIANESI**, em conjunto ou separadamente, podendo praticar todos os atos afetos a administração e representação da sociedade, observadas as disposições previstas neste contrato, podendo nomear procuradores, sendo expressamente vedado o uso da denominação social em avais, finanças, ou negócios estranhos ao interesse da Sociedade.

CLÁUSULA QUINTA - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA-GERAL

À vista da modificação ora feita consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, OBJETO E SEDE.

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob a denominação social de **BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA.**

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto:

Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	4322-3/02
Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	8111-7/00
Instalação e manutenção elétrica	4321-5/00
Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	3314-7/07
Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	3319-8/00
Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	3329-5/99
Instalação de máquinas e equipamentos industriais	3321-0/00
Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	3313-9/99
Serviços de montagem de móveis de qualquer material	3329-5/01
Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	4299-5/99
Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	4649-4/01
Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	4669-9/99
Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4322-3/01
Instalação de sistemas de prevenção contra incêndio	4322-3/03
Serviços de pintura de edifícios em geral	4330-4/04
Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	4329-1/04
Obras de alvenaria	4399-1/03
Obras de acabamento em gesso e estuque	4330-4/03
Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	4330-4/02
Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	4329-1/99
Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	4399-1/02
Impermeabilização em obras de engenharia civil	4330-4/01
Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	4789-0/04
Serviços de engenharia	7112-0/00
Administração de obras	4399-1/01
Limpeza em prédios e em domicílios	8121-4/00
Curtimento e outras preparações de couro	1510-6/00
Fabricação de materiais para medicina e odontologia	3250-7/05
Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	4644-3/01

Cláusula 3ª - A sociedade tem sua sede localizada na Avenida João Valério, 282, Sala 10, Letra I, São Geraldo, CEP 69053-358, Manaus/AM e filial na Av. Eng. Humberto Monte, nº 2929, Sala 114, Bairro Pici, CEP 60440-593, Fortaleza/CE.

Cláusula 4ª - A Sociedade iniciou suas atividades em 12/04/2011 e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

Cláusula 5ª - O capital social é de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), integralizado em moeda corrente e legal do país, dividido em 3.700.000,00 (três milhões e setecentas mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais), que passam a ser distribuídas da seguinte forma:



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

MARCIA LOPES BARROSO
Secretária-Geral

SÓCIO	QUOTAS	%	VALOR R\$
DARIO DURAN GUTIERREZ	2.220.000	60	2.220.000,00
ARTHUR DURAN GUTIERREZ	1.110.000	30	1.110.000,00
LUCIANO FOIANESI	370.000	10	370.000,00
TOTAL	3.700.000	100	3.700.000,00

Cláusula 6ª – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 7ª – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 8ª - A Sociedade Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 9ª – A administração da sociedade e o uso da denominação social será exercida pelos sócios **DARIO DURAN GUTIERREZ e LUCIANO FOIANESI**, em conjunto ou separadamente, podendo praticar todos os atos afetos a administração e representação da sociedade, observadas as disposições previstas neste contrato, podendo nomear procuradores, sendo expressamente vedado o uso da denominação social em avais, finanças, ou negócios estranhos ao interesse da Sociedade.

Cláusula 10ª - A título de “Pró-Labore”, os sócios poderão ter retiradas mensais, respeitando a normas fiscais vigentes e os seus limites.

Cláusula 11ª - Fica pactuado entre os sócios que, a empresa poderá fazer distribuição de lucros e dividendos de forma desigual, aplicando, se necessário, supletivamente a Lei 6.404/76 (Lei das SA), conforme permissivo legal previsto no artigo 1.053 do CC/02.

CAPÍTULO IV – DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Cláusula 12ª - Dependem do consentimento dos sócios as modificações do Contrato Social que tenham por objeto matérias a seguir indicadas:

- Cessão e transferência total ou parcial de quotas;
- Denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;
- Capital social;
- A quota de cada sócio no capital, e o modo de realizá-la;
- Substituição do administrador e seus poderes e atribuições;
- A participação de cada sócio nos lucros e nas perdas;
- A responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO V – RETIRADA, MORTE OU EXCLUSÃO DE SÓCIO.

Cláusula 13ª - Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao outro por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo ao outro o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Cláusula 14ª - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros, salvo se o outro sócio remanescente optar pela dissolução da mesma.

14.1 – Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.



14.2 - No caso de retirada de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado à data da resolução.

Cláusula 15ª - Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa do outro sócio, por falta grave ou por incapacidade superveniente.

15.1 - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Cláusula 16ª - A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 2 (dois) anos após averbada a resolução da sociedade

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 17ª - O exercício social coincidirá com o ano civil.

17.1 - Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias amortizações e previsões, o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18ª - Em havendo conflito de interesses entre os sócios com relação à consecução deste contrato, será resolvido por meio de arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96, valendo esta como cláusula compromissória.

Cláusula 19ª - Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme § 1º, Art. 1.011 do Código Civil.

Cláusula 20ª - As partes, de comum acordo, elegem o Foro desta Comarca, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E por estarem, assim, justos e de pleno acordo, assinam o presente para que produza os efeitos legais.

Manaus/AM, 12 de março de 2024.

DARIO DURAN GUTIERREZ

ARTHUR DURAN GUTIERREZ

LUCIANO FOIANESI



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.


MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/9



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

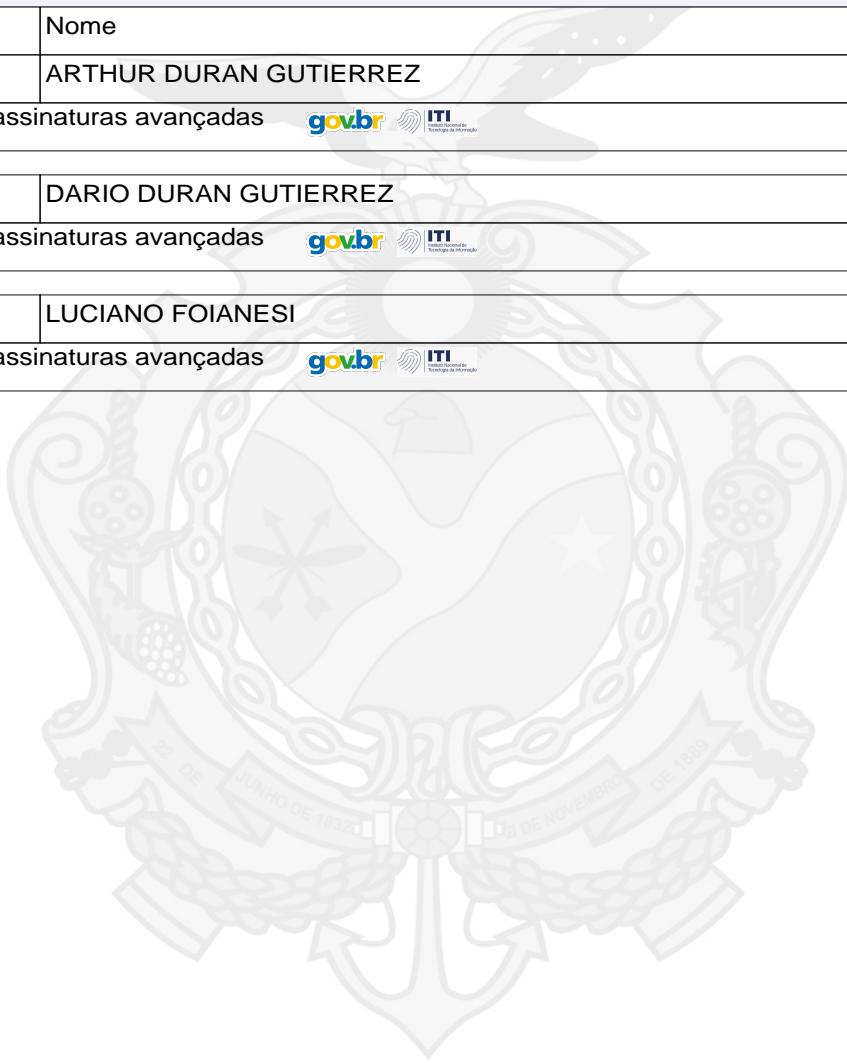
Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/016.482-2	AMP2400027450	25/03/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
981.317.372-68	ARTHUR DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

019.731.618-26	DARIO DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

013.210.668-05	LUCIANO FOIANESI	08/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial do Estado do Amazonas



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.


MARCIA LOPES BARROSO
Secretária-Geral



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL







Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, de CNPJ 13.499.467/0001-70 e protocolado sob o número 24/016.482-2 em 08/04/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1630719, em 08/04/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edna dos Santos Watanabe.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, MARCIA LOPES BARROSO. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
019.731.618-26	DARIO DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
981.317.372-68	ARTHUR DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
019.731.618-26	DARIO DURAN GUTIERREZ	01/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
013.210.668-05	LUCIANO FOIANESI	08/04/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 12/03/2024



Documento assinado eletronicamente por Edna dos Santos Watanabe, Servidor(a) Público(a), em 08/04/2024, às 15:18.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucea](https://portalservicos.jucea.am.gov.br) informando o número do protocolo 24/016.482-2.



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.


MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
828.967.982-34	MARCIA LOPES BARROSO

Junta Comercial do Estado do Amazonas



Manaus. segunda-feira, 08 de abril de 2024



Junta Comercial do Estado do Amazonas

Certifico registro sob o nº 1630719 em 08/04/2024 da Empresa BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA, CNPJ 13499467000170 e protocolo 240164822 - 08/04/2024. Autenticação: D1CF11E8415CB0C92801E719B218BFEF109699. MARCIA LOPES BARROSO - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 24/016.482-2 e o código de segurança AphV Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/04/2024 por MARCIA LOPES BARROSO Secretária-Geral.

MARCIA LOPES BARROSO
SECRETÁRIA-GERAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.499.467/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2011
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 15.10-6-00 - Curtimento e outras preparações de couro 32.50-7-05 - Fabricação de materiais para medicina e odontologia 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio 43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV JOAO VALERIO	NÚMERO 282	COMPLEMENTO SALA 10 LETRA I
-------------------------------	---------------	--------------------------------

CEP 69.053-358	BAIRRO/DISTRITO SAO GERALDO	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM
-------------------	--------------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ATENDIMENTO@GRUPOBIOTEC.COM.BR	TELEFONE (92) 3342-1131
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/04/2011
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.499.467/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2011
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV JOAO VALERIO	NÚMERO 282	COMPLEMENTO SALA 10 LETRA I
--------------------------------------	----------------------	---------------------------------------

CEP 69.053-358	BAIRRO/DISTRITO SAO GERALDO	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM
--------------------------	---------------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ATENDIMENTO@GRUPOBIOTEC.COM.BR	TELEFONE (92) 3342-1131
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/04/2011
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/05/2024** às **17:06:18** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

Termo de Referência 45/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2023	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	FABIANA ALVES DO NASCIMENTO	08/03/2024 10:36 (v 30.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23076.031540 /2023-41

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Gerenciamento Técnico-Administrativo do Biotério Central da UFPE com a produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf - livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALORES	
					VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de Gerenciamento Técnico-Administrativo do Biotério Central da UFPE com a produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf - livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo,	5380	UNIDADE	UNIDADE	R\$ 5. 235.595,87	R\$ 5. 235.595,87

conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.					
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 5. 235.595,87

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados do(a) assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção do serviço de Gerenciamento Técnico-Administrativo do Biotério Central do Campus Recife/PE em qualquer momento se caracteriza como dano aos serviços especializados e específicos necessários para a manutenção do padrão sanitário e genético dos animais destinados à experimentação em diversas áreas do conhecimento científico. Além disso, pela sua essencialidade, visa atender a necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço ou o cumprimento da missão institucional." (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº05/2017).

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 02/02/2024

III) Id do item no PCA: 1599

IV) Classe/Grupo: 911

V) Identificador da Futura Contratação: 153080-5/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ANEXO VII), apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para execução dos serviços mencionados a empresa deverá possuir obrigatoriamente as qualificações técnicas mínimas necessárias a seguir:

- Inscrição no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);
- Contratos públicos ou privados que comprovem sua capacidade técnica em gestão de biotérios que incluem fornecimento de insumos e manutenção de equipamentos;
- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca HITACHI;
- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca TROX;
- Engenheiro Mecânico responsável pelo PMOC com acervo no CREA;
- Gestor Técnico de Biotério (Médico Veterinário, Biólogo ou Zootecnista) com especialização e experiência comprovada em serviços de biotério.

4.1.1. Assim como demais requisitos a serem elencados no Termo de Referência

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto 7.746/2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.2. Deverá ser observada, ainda, a Instrução Normativa (IN) SLTI/MPOG nº 01/2010 e atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

"Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade:

I – que sejam bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem coletiva adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.3. Na execução dos serviços objeto deste termo de referência, a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG. e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:

- I. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;
- III. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- V. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI. Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
- VII. Respeitar as normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.4. O descarte de peças, acessórios e resíduos deverá ser realizado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, e deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e de modo amplo, a Lei nº 14.133/2021, Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais;

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor contratual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4.1. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 11 horas e das 14 horas às 16 horas a combinar, até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação: Campus Recife, agendando-a previamente com o servidor Vinicius Vasconcelos Gomes de Oliveira, Siape: 2058417, por meio dos contatos: vinicius.vasconcelosgomes@ufpe.br ou telefone (81) 99802-8406

4.6.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.3. Por ocasião da vistoria, ao representante legal da empresa, ou ao responsável técnico, poderá ser enviado documento ou planilha em formato digital, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.6.4. O atestado de vistoria (modelo em Anexo) poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica constante no Estudo Técnico Preliminar e seus Anexos.

5.1.1. Início da execução do objeto: *da emissão da ordem de serviço*;

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

a) Biotério central - Campus Recife/PE

Endereço: Av Professor Moares Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife/PE (por trás do LIKA - Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami)

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas em anexo.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização do serviço;

5.3.1. Mão de obra, animais, insumos, equipamentos e materiais estão descritos na tabela abaixo, nos documentos 19 - Lista de Equipamentos e 20 - Manutenção do processo e Anexo I deste Termo de Referência, entretanto outros insumos são necessários à realização dos serviços e devem ser arcados pela CONTRATADA para manter o funcionamento do Biotério Central.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. Os serviços serão prestados no Biotério Central que deverá implantar uma nova logística de funcionamento em suas instalações visando a produção de animais de alta qualidade sanitária e genética, livres de agentes patogênicos específicos (SPF). Para isso, é necessário que os serviços de gerenciamento técnico do biotério sejam executados por pessoal técnico qualificado para as funções descritas neste documento, e ainda sob coordenação e supervisão de um especialista na implantação de Biotérios SPF;

5.4.2. Para o dimensionamento da proposta deverão ser observadas as seguintes especificações definidas pela direção dos biotérios no que se refere às raças e linhagens de animais descritas abaixo:

- Rato (*Rattus norvegicus*) – Wistar
- Rato (*Rattus norvegicus*) – Spontaneously Hypertensive (SHR)
- Rato (*Rattus norvegicus*) – Wistar Kyoto (WKY)
- Camundongo (*Mus musculus*) – Swiss Webster
- Camundongo (*Mus musculus*) – BALB/c
- Camundongo (*Mus musculus*) – C57BL/6

5.4.3. Para atendimento da presente contratação os quantitativos estimados são os seguintes:

MÃO DE OBRA:

CARGO	CBO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	HORÁRIO DE TRABALHO
GESTOR TÉCNICO DO BIOTÉRIO	2233-05 OU 2233-10 OU 2211-05	1	FULL TIME - 40H
TÉCNICO DE BIOTERISMO	3201-05	4	SEGUNDA A SEXTA DE 08:00 AS 18:00 SÁBADO 08:00 AS 12:00
AUXILIAR DE BIOTERISMO	5193-05	4	SEGUNDA A SEXTA DE 08:00 AS 18:00 SÁBADO 08:00 AS 12:00

• Gestor Técnico do Biotério (Médico Veterinário, Biólogo ou Zootecnista) - É necessário um (01) profissional com expertise em gerenciamento técnico e administrativo de biotérios do tipo SPF (Specific Pathogen Free) tendo em vista a complexidade das rotinas de trabalho impostas por biotérios dessa natureza e a inexistência na UFPE de profissional com essa habilitação. Vale ressaltar, que como parte do gerenciamento dos biotérios está previsto o treinamento dos servidores da UFPE além da implantação das rotinas necessárias para a certificação internacional do Biotério Central

• Técnico em Bioterismo – Esses profissionais devem apresentar experiência na manipulação/manuseio de animais de laboratório (ratos e camundongos). Tendo em vista que a produção de animais no biotério Central será para atender todos os Biotérios da UFPE (11 Biotérios, atualmente), além de demandas externas, faz-se necessário maior número de recursos humanos para os serviços de alimentação, troca de maravalha (cama dos animais) etc.

• Auxiliar de Bioterismo – Esses profissionais serão responsáveis por diversas atividades no biotério, principalmente no que se refere à higienização de gaiolas, bebedouros, pisos, paredes e demais dependências do biotério, tendo em vista o aumento na produção de animais no Biotério Central, será preciso um maior número dos profissionais dedicados a essas funções. Assim, estima-se que o Biotério Central, responsável pela criação de animais SPF necessitará de cerca de 4 (quatro) auxiliares de bioterismo, uma vez que não existem na UFPE profissionais desta categoria.

INSUMOS

QUANTITATIVO MENSAL - INSUMOS:			
ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
			<p>Ração para roedores peletizada autoclavável: Contendo no mínimo 18% de proteína bruta, ausência total de alfafa, proteína animal e farinha de peixe, complementada com vitaminas para adequar concentrações aceitáveis após autoclavação. Produto desenvolvido para gestação, crescimento, manutenção e lactação de roedores.</p> <p>Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 20 Kg cada.</p> <p>Acompanha certificado de qualidade. Apresentação de validade superior a 3 meses.</p>

1	35	Sacos de 20 Kg	<p>Composição: 18,6% de Proteína Bruta, 6,2% de gorduras (extrato etéreo), 44,2% de carboidratos (disponível), 3,5% de fibra bruta, 14,7% de fibra insolúvel, 3,1 Kcal/g de densidade energética, sendo 24% das calorias de proteínas, 18% de calorias de gorduras e 58% de calorias de carboidratos.</p> <p>Valor Nutricional: Minerais: 1% de Cálcio, 0,7% de fósforo, 0,2% de Sódio, 0,6% de Potássio, 0,4% de cloretos, 0,2% de Magnésio, 70mg/Kg de Zinco, 100mg/Kg de Manganês, 15 mg/Kg de cobre, 6 mg/Kg de Iodo, 200 mg/Kg de ferro, 0,23mg /Kg de Selênio. Aminoácidos: 1,4% de ácido Aspártico, 3,4% de ácido Glutâmico, 1,1% de Alanina, 0,8% de Glicina, 0,7% de Treonina, 1,6% de Prolina, 1,1% de Serina, 1,8% de Leucina, 0,8% de Isoleucina, 0,9% de Valina, 1% de Fenilalanina, 0,6% de tirosina, 0,6% de metionina, 0,3% de cistina, 1,1% de Lisina, 0,4% de Histidina, 1% de arginina e 0,2% de triptofano. Vitaminas: 30IU/g de Vitamina A, 2IU/g de Vitamina D 3 , 135IU/kg de vitamina E, 100 mg /kg de Vitamina K 3 , 117 mg/kg de vitamina B 1 , 27mg/kg de Vitamina B 2 , 115 mg/kg de niacina, 26 mg/kg de Vitamina B 6 , 140 mg/kg de Ácido Pantotênico, 0,15 mg/kg de Vitamina B 12 , 0,9 mg/kg de biotina, 9 mg/kg de folato, 1200 mg /kg de colina. Ácidos Graxos: 0,9% de Gorduras saturadas, 1,3% de gorduras monoinsaturadas, 3,4% de gorduras poli-insaturadas, 0% de Colesterol.</p>
2	50	Sacos de 5 Kg	Cama para roedores fabricada de pinus composta de aparas de pinus aplainado, seco em estufa, triplamente filtrado e aspirado em tela para remover a serragem. Apresenta característica consistente, seca, limpa e macia, livre de pó. Adequado para cama de roedores de laboratório. Com certificado de qualidade que demonstre ausência de contaminantes como pesticidas, metais pesados, leveduras e bolores. Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 5 Kg. Apresentação de validade superior a 3 meses
3	60	Sacos de 60L	Saco para Autoclave 60 Litros. Dimensões 60cmX80cm. Pacote com 20 unidades feito em PEAD (Polietileno de alta densidade). Fabricados com solda nas laterais do saco para maior segurança na utilização do produto. Espessura 0,08 micras. Uso exclusivo para autoclavação/descontaminação.
4	3	Pacote com 100 unidades	Saco Para Lixo Infectante 200 L. Med. 93cm X 103cm . Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.
5	3	Pacote com 100 unidades	Saco Para Lixo Infectante 50 L. Med. 63cm x 80cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.
6	1	Pacote com 100 unidades	Saco Para Lixo Infectante 15 L. Med. 39 cm x 58 cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.
			Coletor de Material Perfurocortante 13L. Capacidade útil 10L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em

7	6	UNIDADE	papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção à Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA.
8	2	UNIDADE	Coletor de Material Perfurocortante 3L. Capacidade útil 2,3L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção à Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA.
9	15	PCT. 100 PARES	Sapatilha Pro-Pé, branca fabricada em 100% polipropileno. Atóxico, Elevada inércia química; Não estéril, hipoalérgica, não inflamável e esterilizável (por óxido de etileno); Não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc...) e apresenta impermeabilidade de 80%. Aprovado pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses
10	15	PACOTE COM 100 UNID	Touca com Elástico Descartável, Sanfonada, Ajustável para qualquer tamanho de cabeça, Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização, Solda por ultrassom, Cor branca, apresentação de validade superior a 24 meses. Processo de fabricação totalmente automatizado. Aprovado pelo Ministério da Saúde
11	20	Caixa com 50 UNID	Máscara cirúrgica branca descartável com elástico. Tripla camada com filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%. Atóxica, hipoalergênica. Não estéril, não inflamável, sem látex, isenta de fibra de vidro. Tiras super resistentes de 40 cm de comprimento, Clips nasal de 14 cm de comprimento, soldada por ultrassom. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses.
12	10	Caixa com 100 unidades	Luva de Procedimento Não estéril, descartável, ambidestra, composta de Látex natural, levemente talcada com pó absorvível. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Atende às exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). Certificado pelo INMETRO. Apresentação de Validade superior a 24 meses. Tamanhos: PP, P, M, G.
13	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação.
14	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil

			calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação.
15	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação
16	60	LITRO	Hipoclorito de sódio concentrado (mínimo 12%)
17	2	GALÃO 5 L	Desinfetante de uso veterinário à base de cloreto de alquil dimetil benzil amônio (Amônia quaternária) concentrado. Com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
18	1	GALÃO 5 L	Detergente neutro à base de glicerina contendo tensoativo biodegradável. Dermatologicamente testado. Apresentar no rótulo o número de registro na ANVISA como produto Saneante Notificado. Com lote e fabricação impressos diretamente na embalagem.
19	4	Pacote de 5 quilos	Lava roupas em pó. Composição: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Alquil Dimetil Hidroxietil Cloreto de Amônio, Alquil Polietileno Glicol, Coadjuvantes, Branqueadores Óticos, Agentes Anti-Redepositantes, Corantes, Enzimas, Fragrância e Carga. Com tecnologia de microesferas, o que permite a remoção de manchas profundas, além de cuidar das fibras das peças, prevenindo, assim, o desgaste delas.
20	10	ROLO	Fita adesiva para autoclave. Embalagem com 1 rolo de 19mmX30m. Fabricada em papel crepe à base de fibra de celulose, com tinta termorreativa, estireno, butadieno, resinas acrílicas e adesivo à base de borracha (látex) natural e resina. Apresenta-se bege com listras amarelas diagonais antes da esterilização, após a esterilização em autoclave as listras se tornam marrom itenso. Adesivo eficiente que não mancha o pano, descolando-se sem rasgar.
21	5	LITROS	Sabonete líquido (sem perfume ou odor), com glicerina de baixa irritação dérmica, com triclorocarbamida 1.5%, triclosan 0.5%, antioxidantes, corante, dióxido de titânio, emoliente.
22	4	UNIDADE	Cartucho para Impressora jato de tinta
23	2	UNIDADE	Tonner para impressora laser
24	5	UNIDADE	Luva de borracha para limpeza confeccionada de borracha natural, anatômica, na cor amarela, com superfície externa antiderrapante (na palma), proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (detergentes, sabões, amoníaco e similares) tamanhos a definir.

25	5	UNIDADE	Óculos de proteção com visor em policarbonato incolor, anti-risco, resistente a impacto de partículas, respingo e borrifos de produtos químicos, ser antiembaçante, possuindo proteção lateral, haste com tamanhos reguláveis, articuladas, confeccionadas em policarbonato ou similar, o arco deve ser do mesmo material da haste permitindo a sobreposição de óculos corretivos, deve acompanhar cordão para descanso.
26	5	UNIDADE	Conjunto de roupa para uso em sala limpa, contendo macacão confeccionado em 100% poliéster, autoclavável, não propagador de chamas, mangas raglan, com punho em poliéster, gola tipo militar com botão de pressão para ajuste, zíper embutido, botão de pressão para fixação das botas, costura especial, em conformidade com a norma IEST-RP-CC003. 3, produto deve vir acompanhado de capuz e um par de calçados com a mesma especificação.
27	10	UNIDADE	Protetor auditivo tipo plug de inserção constituído por três flanges em copolímero atóxico e cordão para introdução no canal auditivo antialérgico fornecido em caixa plástica individual para garantia de higienização
28	20	FRASCO DE 1 LITRO	Álcool 70° INPM 1Litro. Desinfetante Hospitalar para superfícies fixas. Composto de álcool etílico e água deionizada. Certificado pelo INMETRO e com Registro no Ministério da Saúde
29	5	FRASCO DE 440 GRAMAS	Gel antisséptico higienizador de mãos à base de Álcool etílico 70°INPM. Frasco com 440g Certificado pelo INMETRO. Dermatologicamente testado e com bico dosador. Eficiência de 99,99% testado em pelo menos três espécies de bactérias.
30	5	CAIXA COM 10 UNIDADES	Indicador Biológico para autoclaves para leitura em 24 horas em frasco termoplástico com filtro hidrofóbico na tampa e etiqueta termossensível, contendo tira ou disco de papel impregnada com esporos de Geobacillus stearothermophilus e ampola selada com meio de cultura.
31	50	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante o armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.
32	50	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante o armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta

33	100	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante o armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.
34	1	ROLO 10 METROS	Pano de limpeza estéril para assepsia em sala limpa
35	1	CAIXA	Lâmina de bisturi número 22
36	3	FRASCO DE 10 ML	Cloridrato de quetamina 10mg de solução injetável (Uso veterinário)
37	3	FRASCO DE 10 ML	Cloridrato de xilazina 20mg solução injetável (Uso veterinário)
38	300	UNIDADE	Ficha de Identificação para animais de laboratório confeccionada em papel cartão tamanho 12 x 7,5cm

Quanto às quantidades acima apresentadas, informa-se que não há histórico de consumo anterior, nos mesmos moldes aqui propostos, assim, realizou-se as estimativas com base na quantidade de servidores/funcionários e animais que serão alocados /produzidos no Biotério Central.

MANUTENÇÃO

A quantidade de equipamentos para manutenção leva em consideração os bens alocados no Biotério Central, conforme listas constantes nos documentos 19 - lista de equipamentos e 20 - Manutenção desse processo com as seguintes denominações: Anexos I e II.

MATRIZES

Pretende-se que no primeiro ano de contrato haja a produção de até 20.000 animais (ratos e camundongos). Já no segundo ano de funcionamento, pretende-se que a produção atinja os 50.000 animais. Para atingir essa meta, estima-se que a aquisição de 160 casais de animais seja suficiente. Essa estimativa baseia-se no fato de que cada fêmea, no período de 3 meses, gere de 5 a 8 filhotes, dependendo da linhagem do animal. Vale ressaltar que os filhotes obtidos (geração F1), após atingirem a fase adulta (cerca de 21 dias após o desmame) também serão utilizados para procriarem, o que contribuirá para o estabelecimento do plantel pretendido

UNIFORMES

5.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.5.1. Conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 horas, após comunicação escrita da contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.5.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.5.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

5.7. Para os serviços executados, a CONTRATADA deverá oferecer garantia por, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data da intervenção/installação e funcionamento do equipamento, peça ou componente, não arcando a UFPE com quaisquer custos adicionais se necessário, durante a garantia, algum reparo complementar no serviço prestado;

5.8. As peças de reposição fornecidas terão prazo de garantia igual ao fornecido pelo fabricante ou de, no mínimo, 90 (noventa) dias, o que for mais vantajoso para a UFPE, a contar da instalação e funcionamento do equipamento;

5.9. Nos equipamentos em que a garantia de serviços de manutenção corretiva se encontre vigente, novos serviços somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia e expressa autorização da fiscalização técnica do contrato;

5.10. Sendo constatado que o defeito do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao fiscal técnico do contrato, mediante Laudo Técnico, assinado pelo técnico responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;

5.11. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere o subitem 5.9. e disso resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia todos o ônus ao qual estaria obrigado o fabricante do equipamento;

5.12. Durante o prazo de garantia dos equipamentos será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

Transição Contratual

5.13. *O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A gestão e fiscalização técnica da prestação do serviço deve obedecer aos procedimentos estabelecidos no item 3 - Descrição da Solução, deste TR.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#))

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela equipe gestora e fiscalizadora por meio do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Anexo VIII deste TR, visando garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

6.15. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, bem como as multas por atraso injustificado para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços, estão definidas no edital.

6.16. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.16.1. Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

6.16.2. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.16.3. É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

6.16.4. A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

6.16.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

6.16.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **Art. 135 da Lei 14.133/21** poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

6.16.7. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto no Anexo VIII;

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR (Anexo VIII do TR)

7.2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios:

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante Relatório de Fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento dos documentos da CONTRATADA, que comprove a prestação do serviço a que se refere a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Relatório de Fiscalização deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços pela CONTRATADA serão recebidos definitivamente, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

a) Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

Prazo de Pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice POUPANÇA (BACEN).

Forma de Pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. ***Serão vedadas as cessões de crédito não fiduciárias, salvo prévia aprovação do contratante.***

7.27. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Pagamento pelo fato gerador

7.31. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o contratante adotará os seguintes procedimentos:

7.31.1. Serão objeto de pagamento mensal ao contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 05/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.32. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos

pagamentos mensais ao contratado, devendo ser pagos pela Administração ao contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

7.33. As *verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:*

7.33.1. *Pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;*

7.33.2. *pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;*

7.33.3. *pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;*

7.33.4. *pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e*

7.33.5. *outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.*

7.34. *outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.*

7.35. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para o contratado das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O regime de execução do contrato será execução empreitada por preço global, já que apresenta as seguintes vantagens, menor custo para a Administração Pública na fiscalização do contrato e valor final do contrato em princípio, fixo.

8.3. A presente contratação será realizada por item único.

Exigências de habilitação

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.19. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.20. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação do patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

8.23. Para execução dos serviços mencionados no Termo de Referência a empresa deverá possuir obrigatoriamente as qualificações técnicas mínimas necessárias a seguir:

8.23.1. Possuir inscrição, em plena validade, no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária) na cidade de origem da empresa;

8.23.2. Possuir inscrição, em plena validade, no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

8.23.3. Contratos públicos ou privados que comprovem sua capacidade técnica em gestão de biotérios que incluem fornecimento de insumos e manutenção de equipamentos;

8.23.4. Engenheiro Mecânico responsável pelo PMOC com acervo no CREA;

8.23.5. gestor de biotério (Médico Veterinário, Biólogo ou Zootecnista) com especialização e experiência comprovada em serviços de biotério.

8.24. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for o caso.

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.24.1.1. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que esta sendo licitado, mediante a comprovação de experiência no objeto dessa contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados (alínea "b" do subitem 10.6 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017)

8.24.1.2. A comprovação de que trata o subitem anterior dar-se-á por meio de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente da licitante.

8.24.2. Somente deverá(ao) ser aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior (subitem 10.8 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

8.24.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.24.4. *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

8.24.5. *O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.* (subitem 10.10 do anexo VIIA da IN SEGES /MPDG nº 05/2017)

8.24.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

8.24.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

8.25. Designação assinada pelo representante legal da licitante, indicando responsável(is) técnico(s) - devendo possuir título de Engenheiro Mecânico responsável pelo PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), este deve estar registrado no CREA, acompanhada de Acervos Técnicos, devidamente registradas no CREA e de Gestor de biotério com especialização e experiência comprovada em serviços de biotério.

8.26. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.26.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.26.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.26.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.26.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, O Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.26.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no edital.

8.26.7. Nos itens objeto dessa licitação, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.26.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.235.595,87

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.235.595,87 (*cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos*).

9.2. Tal valor foi obtido a partir da pesquisa de preço constante nos docs. 72, 73, 108, 109 e 110 desse processo, conforme detalhado no tópico: Estimativa do Valor da Contratação do ETP.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 156905;

II) Fonte de Recursos: TESOURO/FUNCIONAMENTO DAS IFE'S/CUSTEIO ;

III) Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026

IV) Elemento de Despesa: 3390.39;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações do Contratante e Contratado

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

11.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

11.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

11.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

11.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

11.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

11.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

11.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.16. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.17. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.17.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.19. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.22. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.24. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.25. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 11.26. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.28. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 11.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.31. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.33. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.34. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 11.35. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 11.36. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.37. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.39. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.40. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 11.41. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 11.42. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.43. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.44. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 11.45. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o valetransporte;
- 11.46. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de

modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.47. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

11.48. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.49. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.50. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.51. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.52. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.53. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.54. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.55. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.56. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.56.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

11.56.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12. Infrações e Sanções Administrativas

Infrações e sanções administrativas

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.2. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.3. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.4. der causa à inexecução total do contrato;

12.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa

eletrônica ou execução do contrato;

12.10. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

12.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.14. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.14.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

12.14.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

12.14.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

12.14.4. Multa:

12.14.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.14.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.14.4.3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14.4.4. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.21. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b.2. as peculiaridades do caso concreto;

c.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

e.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.22. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.23. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.24. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo

Federal. (Art. 161).

12.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133/21.

13. JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CON

JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

Por meio deste vimos apresentar justificativa acerca da não participação de empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio e Cooperativa no presente procedimento licitatório.

Acerca dos Consórcios informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração e sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com UFPE, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

PEDRO VALADAO CARELLI

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

VINICIUS VASCONCELOS GOMES DE OLIVEIRA

MEDICO VETERINÁRIO

DANIEL GARRETT FEITOSA

Coordenador Administrativo Financeiro

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - A. MODELO DE PROPOSTA.pdf (712.75 KB)
- Anexo II - B. Modelo de Atestado de Conhecimento.pdf (17.8 KB)
- Anexo III - C. Modelo de Designacao de Responsavel Tecnico.pdf (19.16 KB)
- Anexo IV - D. Modelo de Ordem de Servico.pdf (20.51 KB)
- Anexo V - E. LAUDO SESST.pdf (369.19 KB)
- Anexo VI - F. Instrumento De Medicao de Resultado _IMR.pdf (298.46 KB)
- Anexo VII - G. ETP 67 2023.pdf (418.09 KB)
- Anexo VIII - H. Modelo de Vistoria.pdf (79.73 KB)

Anexo I - A. MODELO DE PROPOSTA.pdf

MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO					
RAZÃO SOCIAL		CNPJ			
ENDEREÇO				UF:	CEP:
TELEFONE	()	()	()		
EMAIL					

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE/ MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS
5380	serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.	12			

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL	
FUNÇÃO	QUANTIDADE
GESTOR TÉCNICO DO BIOTÉRIO – CBO 2233-05, 2233-10 OU 2211-05	1
TÉCNICO DE BIOTERISMO – CBO 3201-05	4
AUXILIAR DE BIOTERISMO – CBO 5193-05	4

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
MATERIAL	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
CONFORME PLANILHA DE INSUMOS DO TERMO DE REFERÊNCIA		

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Contratação de empresa especializada para executar serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data da Apresentação da proposta	
B	Município	RECIFE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Numero de meses de execução contratual	12 MESES

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

PLANILHA	CATEGORIA PROFISSIONAL	LOCAL DO POSTO	JORNADA SEMANAL	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade prevista (total) a contratar (em função da Unidade de Medida)
2.	GESTOR TÉCNICO DO BIOTÉRIO (MÉDICO VETERINÁRIO, ZOOTECNISTA OU BIÓLOGO)	BIOTÉRIO CENTRAL	FULL-TIME 40H	POSTO	1

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço:	GERENCIAMENTO TECNICO ADMINISTRATIVO DO BIOTÉRIO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2233-05, 2233-10 OU 2211-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	CATEGORIA PROFISSIONAL	MÉDICO VETERINÁRIO, BIÓLOGO OU ZOOTECNISTA
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	
6	Piso da Categoria	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
TOTAL			

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G"

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Sub-Módulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Sub-Módulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SESC ou SESI	1,50%	
D	SENAI - SENAC	1,00%	
E	SEBRAE	0,60%	
F	INCRA	0,20%	
G	FGTS	8,00%	
H	SAT	1,50%	
TOTAL		35,30%	R\$ -

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Sub-Módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	OUTROS (ESPECIFICAR)		
TOTAL			R\$ 0,00

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso-Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa sobre FGTS sobre aviso prévio indenizado		
D	Aviso-Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do módulo 2.2 sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
TOTAL			R\$ -

Nota 1: A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência Nº 176/2017)

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Sub-Módulo 4.1 - Ausências Legais

A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
TOTAL		

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

4.2 Intervalo Intrajornada

A	Substituto na cobertura de Intervalo de repouso e alimentação	Valor (R\$)
TOTAL		R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
TOTAL		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros – Treinamentos	
TOTAL		R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado, conforme as planilhas de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
B.1.	Tributos Federais (especificar)		
B.2	Tributos Estaduais		
B.2.1	ICMS		
B.3	Tributos Municipais (ISS)		
C	Lucro		
TOTAL			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

A	MÓDULO 1 - Composição da Remuneração	
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão	
D	MÓDULO 4 - Custo da Reposição do Profissional Ausente	
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos	
A + B + C + D + E		
F	MÓDULO 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		
Contratação de empresa especializada para executar serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.		
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data da Apresentação da proposta	
B	Município	RECIFE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Numero de meses de execução contratual	12 MESES

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO					
PLANILHA	CATEGORIA PROFISSIONAL	LOCAL DO POSTO	JORNADA SEMANAL	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade prevista (total) a contratar (em função da Unidade de Medida)
3	TÉCNICO DE BIOTERISMO	BIOTÉRIO CENTRAL	44 H	POSTO	4

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra		
1	Tipo de Serviço:	GERENCIAMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO BIOTÉRIO CENTRAL
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3201-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional	Técnico em Bioterismo
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	
6	Piso da Categoria	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade	20,00%	
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
TOTAL			

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G"

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Sub-Módulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Sub-Módulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,00%	
B	Salário Educação		2,50%	
C	SESC ou SESI		1,50%	
D	SENAI - SENAC		1,00%	
E	SEBRAE		0,60%	
F	INCRA		0,20%	
G	FGTS		8,00%	
H	SAT			
TOTAL			33,80%	R\$ -

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Sub-Módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	OUTROS (ESPECIFICAR)	
TOTAL		R\$ 0,00

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso-Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa sobre FGTS ssobre aviso prévio indenizado		
D	Aviso-Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do módulo 2.2 sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
TOTAL			R\$ -

Nota 1: A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência Nº 176/2017)

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Sub-Módulo 4.1 - Ausências Legais		
A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
TOTAL		

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

4.2	Intervalo Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo de repouso e alimentação	
TOTAL		R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intrajornada	
TOTAL		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros – Treinamentos	
TOTAL		R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado, conforme as planilhas de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
B.1.	Tributos Federais (especificar)		
B.2	Tributos Estaduais		
B.2.1	ICMS		
B.3	Tributos Municipais (ISS)		
C	Lucro		
TOTAL			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		R\$
A	MÓDULO 1 - Composição da Remuneração	
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão	
D	MÓDULO 4 - Custo da Reposição do Profissional Ausente	
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos	
A + B + C + D + E		
F	MÓDULO 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Contratação de empresa especializada para executar serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data da Apresentação da proposta	
B	Município	RECIFE
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Numero de meses de execução contratual	12 MESES

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

PLANILHA	CATEGORIA PROFISSIONAL	LOCAL DO POSTO	JORNADA SEMANAL	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade prevista (total) a contratar (em função da Unidade de Medida)
4	AUXILIAR DE BIOTERISMO	BIOTÉRIO CENTRAL	44 H	POSTO	4

Nota 1: esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam de dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra

1	Tipo de Serviço:	GERENCIAMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO BIOTÉRIO CENTRAL
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5193-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria Profissional	Auxiliar em Bioterismo
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	
6	Piso da Categoria	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade	20,00%	
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
TOTAL			

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea "G"

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Sub-Módulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Sub-Módulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SESC ou SESI	1,50%	
D	SENAI - SENAC	1,00%	
E	SEBRAE	0,60%	
F	INCRA	0,20%	
G	FGTS	8,00%	
H	SAT		
TOTAL		33,80%	R\$ -

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6.

Sub-Módulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	OUTROS (ESPECIFICAR)	
TOTAL		R\$ 0,00

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso-Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		
C	Multa sobre FGTS ssobre aviso prévio indenizado		
D	Aviso-Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do módulo 2.2 sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso-Prévio Trabalhado		
TOTAL		R\$	-

Nota 1: A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência Nº 176/2017)

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Sub-Módulo 4.1 - Ausências Legais

A	Férias	
B	Ausências Legais	
C	Licença Paternidade	
D	Ausência por acidente de trabalho	
E	Afastamento Maternidade	
F	Outros (especificar)	
TOTAL		

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

4.2 Intervalo Intrajornada

	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo de repouso e alimentação	
TOTAL		R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais
4.2	Intrajornada
TOTAL	

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros – Treinamentos	
TOTAL		R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado, conforme as planilhas de insumos.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
B.1.	Tributos Federais (especificar)		
B.2	Tributos Estaduais		
B.2.1	ICMS		
B.3	Tributos Municipais (ISS)		
C	Lucro		
TOTAL			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	R\$	
A	MÓDULO 1 - Composição da Remuneração	
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão	
D	MÓDULO 4 - Custo da Reposição do Profissional Ausente	
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos	
A + B + C + D + E		
F	MÓDULO 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		

SEQ	INSUMOS	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Ração para roedores peletizada autoclavável: Contendo no mínimo 18% de proteína bruta, ausência total de alfafa, proteína animal e farinha de peixe, complementada com vitaminas para adequar concentrações aceitáveis após autoclavagem. Produto desenvolvido para gestação, crescimento, manutenção e lactação de roedores. Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 20 Kg cada. Acompanha certificado de qualidade. Apresentação de validade superior a 3 Meses. Composição: 18,6% de Proteína Bruta, 6,2% de gorduras (extrato etéreo), 44,2% de carboidratos (disponível), 3,5% de fibra bruta, 14,7% de fibra insolúvel, 3,1 Kcal/g de densidade energética, sendo 24% das calorias de proteínas, 18% de calorias de gorduras e 58% de calorias de carboidratos. Valor Nutricional: Minerais: 1% de Cálcio, 0,7% de fósforo, 0,2% de Sódio, 0,6% de Potássio, 0,4% de cloretos, 0,2% de Magnésio, 70mg/Kg de Zinco, 100mg/Kg de Manganês, 15 mg/Kg de cobre, 6 mg/Kg de Iodo, 200 mg/Kg de ferro, 0,23mg/Kg de Selênio. Aminoácidos: 1,4% de ácido Aspártico, 3,4% de ácido Glutâmico, 1,1% de Alanina, 0,8% de Glicina, 0,7% de Treonina, 1,6% de Prolina, 1,1% de Serina, 1,8% de Leucina, 0,8% de Isoleucina, 0,9% de Valina, 1% de Fenilalanina, 0,6% de tirosina, 0,6% de metionina, 0,3% de cistina, 1,1% de Lisina, 0,4% de Histidina, 1% de arginina e 0,2% de triptofano. Vitaminas: 30IU/g de Vitamina A, 2IU/g de Vitamina D 3 , 135IU/kg de vitamina E, 100 mg/kg de Vitamina K 3 , 117 mg/kg de vitamina B 1 , 27mg/kg de Vitamina B 2 , 115 mg/kg de niacina, 26 mg/kg de Vitamina B 6 , 140 mg/kg de Ácido Pantotênico, 0,15 mg/kg de Vitamina B 12 , 0,9 mg/kg de biotina, 9 mg/kg de folato, 1200 mg/kg de colina. Ácidos Graxos: 0,9% de Gorduras saturadas, 1,3% de gorduras monoinsaturadas, 3,4% de gorduras poli-insaturadas, 0% de Colesterol	SACOS DE 20 KG	35		
2	Cama para roedores fabricada de pinus composta de aparas de pinus aplainado, seco em estufa, triplamente filtrado e aspirado em tela para remover a serragem. Apresenta característica consistente, seca, limpa e macia, livre de pó. Adequado para cama de roedores de laboratório. Com certificado de qualidade que demonstre ausência de contaminantes como pesticidas, metais pesados, leveduras e bolores. Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 5 Kg. Apresentação de validade superior a 3 meses	SACO DE 5 KG	50		
3	Saco para Autoclave 60 Litros. Dimensões 60cmX80cm. Pacote com 20 unidades feito em PEAD (Polietileno de alta densidade). Fabricados com solda nas laterais do saco para maior segurança na utilização do produto. Espessura 0,08 micras. Uso exclusivo para autoclavagem/descontaminação.	SACO 60 L	60		
4	Saco Para Lixo Infectante 200 L. Med. 93cm X 103cm . Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500	PACOTE COM 100 UNIDADES	3		
5	Saco Para Lixo Infectante 50 L. Med. 63cm x 80cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500	PACOTE COM 100 UNIDADES	3		
6	Saco Para Lixo Infectante 15 L. Med. 39 cm x 58 cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.	PACOTE COM 100 UNIDADES	1		
7	Coletor de Material Perfurocortante 13L. Capacidade útil 10L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA	UNIDADE	6		
8	Coletor de Material Perfurocortante 3L. Capacidade útil 2,3L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA	UNIDADE	2		
9	Sapatilha Pro-Pé, branca fabricada em 100% polipropileno. Atóxico, Elevada inércia química; Não estéril, hipoalérgica, não inflamável e esterilizável (por óxido de etileno); Não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc...) e apresenta impermeabilidade de 80%. Aprovado pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses	PCT. 100 PARES	15		
10	Touca com Elástico Descartável, Sanfonada, Ajustável para qualquer tamanho de cabeça, Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização, Solda por ultrassom, Cor branca, apresentação de validade superior a 24 meses. Processo de fabricação totalmente automatizado. Aprovado pelo Ministério da Saúde	PACOTE COM 100 UNID	15		
11	Máscara cirúrgica branca descartável com elástico. Tripla camada com filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%. Atóxica, hipoalergênica. Não estéril, não inflamável, sem látex, isenta de fibra de vidro. Tiras super resistentes de 40 cm de comprimento, Clips nasal de 14 cm de comprimento, soldada por ultrassom. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses.	Caixa com 50 UNID	20		
12	Luva de Procedimento Não estéril, descartável, ambidestra, composta de Látex natural, levemente talcada com pó absorvível. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Atende as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). Certificado pelo INMETRO. Apresentação de Validade superior a 24 meses. Tamanhos: PP, P, M, G	Caixa com 100 unidades	10		
13	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação.	Embalagem contendo um par	100		
14	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação	Embalagem contendo um par	100		
15	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação	Embalagem contendo um par	100		
16	Hipoclorito de sódio concentrado (mínimo 12%)	LITRO	60		
17	Desinfetante de uso veterinário à base de cloreto de alquil dimetil benzil amônio (Amônia quaternária) concentrado. Com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	GALÃO 5 L	2		
18	Detergente neutro à base de glicerina contendo tensoativo biodegradável. Dermatologicamente testado. Apresentar no rótulo o número de registro na ANVISA como produto Saneante Notificado. Com lote e fabricação impressos diretamente na embalagem	GALÃO 5 L	1		
19	Lava roupas em pó. Composição: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Alquil Dimetil Hidroxietil Cloreto de Amônio, Alquil Polietileno Glicol, Coadjuvantes, Branqueadores Óticos, Agentes AntiRedepositantes, Corantes, Enzimas, Fragrânciae Carga. Com tecnologia de microesferas, o que permite a remoção de manchas profundas, além de cuidar das fibras das peças, prevenindo, assim, o desgaste delas	Pacote de 5 quilos	4		
20	Fita adesiva para autoclave. Embalagem com 1 rolo de 19mmX30m. Fabricada em papel crepe à base de fibra de celulose, com tinta termorreactiva, estireno, butadieno, resinas acrílicas e adesivo à base de borracha (látex) natural e resina. Apresenta-se bege com listras amarelas diagonais antes da esterilização, após a esterilização em autoclave as listras se tornam marrom itenso. Adesivo eficiente que não mancha o pano, descolando-se sem rasgar.	ROLO	10		
21	Sabonete líquido (sem perfume ou odor), com glicerina de baixa irritação dérmica, com triclorocarbamida 1.5%, triclosan 0.5%, antioxidantes, corante, dióxido de titânio, emoliente	LITROS	5		
22	Cartucho para Impressora jato de tinta	UNIDADE	4		
23	Tonner para impressora laser	UNIDADE	2		
24	Luva de borracha para limpeza confeccionada de borracha natural, anatômica, na cor amarela, com superfície externa antiderrapante (na palma), proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (detergentes, sabões, amoníaco e similares) tamanhos a definir.	UNIDADE	5		
25	Óculos de proteção com visor em policarbonato incolor, anti-risco, resistente à impacto de partículas, respingo e borrifos de produtos químicos, ser antiembagante, possuindo proteção lateral, haste com tamanhos reguláveis, articuladas, confeccionadas em policarbonato ou similar, o arco deve ser do mesmo material da haste permitindo a sobreposição de óculos corretivos, deve acompanhar cordão para descanso	UNIDADE	5		
26	Conjunto de roupa para uso em sala limpa, contendo macacão confeccionado em 100% poliéster, autoclavável, não propagador de chamas, mangas raglan, com punho em poliéster, gola tipo militar com botão de pressão para ajuste, zíper embutido, botão de pressão para fixação das botas, costura especial, em conformidade com a norma IEST-RP-CC003. 3, produto deve vir acompanhado de capuz e um par de calçados com a mesma especificação.	UNIDADE	5		
27	Protetor auditivo tipo plug de inserção constituído por três flanges em copolímero atóxico e cordão para introdução no canal auditivo antialérgico fornecido em caixa plástica individual para garantia de higienização	UNIDADE	10		
28	Álcool 70°INPM 1Litro. Desinfetante Hospitalar para superfícies fixas. Composto de álcool etílico e água deionizada. Certificado pelo INMETRO e com Registro no Ministério da Saúde	FRASCO DE 1 LITRO	20		
29	Gel antisséptico higienizador de mãos à base de Álcool etílico 70°INPM. Frasco com 440g Certificado pelo INMETRO. Dermatologicamente testado e com bico dosador. Eficiência de 99,99% testado em pelo menos três espécies de bactérias	FRASCO DE 440 GRAMAS	5		
30	Indicador Biológico para autoclaves para leitura em 24 horas em frasco termoplástico com filtro hidrofóbico na tampa e etiqueta termossensível, contendo tira ou disco de papel impregnada com esporos de Geobacillus stearothermophilus e ampola selada com meio de cultura	CAIXA COM 10 UNIDADES	5		
31	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico “látex free” em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.	UNIDADE	50		
32	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico “látex free” em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta	UNIDADE	50		
33	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico “látex free” em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.	UNIDADE	100		
34	Pano de limpeza estéril para assepsia em sala limpa	ROLOS 10 METROS	1		
35	Lâmina de bisturi número 22	CAIXA	1		
36	Cloridrato de quetamina 10mg de solução injetável (Uso veterinário)	FRASCO DE 10 ML	3		
37	Cloridrato de xilazina 20mg solução injetável (Uso veterinário)	FRASCO DE 10 ML	3		
38	Ficha de Identificação para animais de laboratório confeccionada em papel cartão tamanho 12 x 7,5cm	UNIDADE	300		
39	Indicador biológico, primeira geração, tira de papel impregnada com esporos, bacillus atrophaeus, para esterilização por calor seco.	CAIXA COM 20 UNIDADES	25		
40	Fitas adesivas para autoclave	UNIDADE	132		
	TOTAL				

EPIS E UNIFORMES OBRIGATÓRIOS PARA USO DURANTE AS ATIVIDADES CONFORME LAUDO SESST					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	LUVAS EM LÁTEX IMPERMEÁVEIS	PAR	624		
2	LUVAS DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO DESCARTÁVEL	CX COM 100 PARES	100		
3	LUVAS DE SEGURANÇA EM BORRACHA NITRÍLICA, COM REVESTIMENTO INTERNO; ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM E ESPESSURA MÍNIMA DE 5MM.	CAIXA COM 50 PARES	100		
4	MÁSCARAS SEMIFACIAIS COM FILTRO ADEQUADO AO AGENTE DE RISCO	CAIXA COM 100 UNIDADES	128		
5	ÓCULOS DE SEGURANÇA COM LENTES INCOLORES	UNIDADE	12		
6	CALÇADO DE SEGURANÇA FECHADO COM SOLADO ANTIDERRAPANTE	PAR	20		
7	CAPACETE DE SEGURANÇA COM JUGULAR	UNIDADE	20		
8	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA COM TALABARTE DUPLO EM Y*, COM QUATRO PONTOS DE ANCORAGEM, CONFECCIONADO EM FITA DE MATERIAL SINTÉTICO (POLIÉSTER), CONTENDO 3 ARGOLAS EM “D”, SENDO DUAS LOCALIZADAS NA LATERAL DO CINTURÃO PARA POSICIONAMENTO E UMA DORSAL NO CENTRO DAS COSTAS NA ALTURA DOS OMBROS PARA ANCORAGEM DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA. POSSUI PONTO FRONTAL NA ALTURA DO PEITO PARA ANCORAGEM DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA E UM PONTO ABDOMINAL PARA POSICIONAMENTO E/OU CONEXÃO DE DESCENSORES, AMBOS CONFECCIONADOS EM FITA. DEVE CONTER FIVELAS DUPLAS, 2 PARA AJUSTE DAS PERNAS, 2 PARA AJUSTE DE CINTURA, 2 PARA AJUSTE DOS SUSPENSÓRIOS, 2 PARA AJUSTE DA CONEXÃO ENTRE A CINTURA E AS PERNAS NA PARTE TRASEIRA, 1 PARA VESTIMENTA NA CINTURA E 2 PARA VESTIMENTA NAS PERNAS. PODE CONTER ALÇAS DE PORTA MATERIAL.	UNIDADE	12		
9	TALABARTE DUPLO EM Y, FEITO EM MATERIAL SINTÉTICO, ARMAMENTO TIPO MOSQUETÃO EM Y, 1.600 MM, 5 MM, 2 GANCHOS ALUMÍNIO COM ABERTURA, TRAVAS DUPLAS E ABSORVEDOR DE ENERGIA	UNIDADE	12		
TOTAL					
PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ELETRICIDADE/AUTOMAÇÃO					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	BOTINA DE SEGURANÇA DE COURO PARA ELETRICISTA SEM PARTES METÁLICAS COM BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, SOLADO ANTIDERRAPANTE OBSERVANDO A DURABILIDADE E CONFORTO DOS TRABALHADORES	PAR	12		
TOTAL					
UNIFORMES					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	AVENTAL, POLIPROPILENO, UNISSEX, BRANCA, MANGA LONGA, DESCARTÁVEL, ÚNICO	UNIDADE	300		
2	VESTUÁRIO PROTEÇÃO, 100% POLIETILENO (TIPO TYVEK), GRANDE, MACACÃO DESCARTÁVEL COM CAPUZ, ZÍPER FRONTAL, PROTEÇÃO INDIVIDUAL, ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS, CAPUZ, COSTURA DUPLA, BRANCA	UNIDADE	30		
3	MACACÃO, TECIDO BRIM OU LINHO, MÁSCARA E CHAPÉU, APICULTOR, BRANCA, MANGAS COM ELÁSTICO PUNHOS PERNAS E FECHO PRESSÃO, LONGA	UNIDADE	36		
4	JALECO, TECIDO BRIM, LONGO, MANGA LONGA COM BAINHA SEM PUNHO, BRANCO, COM GOLA, FENDA ATRÁS	UNIDADE	10		
TOTAL					

ANIMAIS						
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	LINHAGEM	QUANTIDADE DE CASAIS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	BI0001	Rattus norvegicus (RATO)	WISTAR	40		
2		Rattus norvegicus (RATO)	SHR	20		
3		Rattus norvegicus (RATO)	WISTAR KYOTO (WKY)	20		
4	BI0001	Mus musculus (CAMUNDONGO)	SWISS WEBSTER	40		
5		Mus musculus (CAMUNDONGO)	BALB/c	20		
6		Mus musculus (CAMUNDONGO)	C57BL/6	20		
TOTAL						

LISTA DE EQUIPAMENTOS						
ITEM	EQUIPAMENTO	MARCA	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	FAN&COIL INCL. VÁLV. PD	TROX	UNIDADE	7		
2	EXAUSTORES	OTAM	UNIDADE	10		
3	CAIXA DE VENTILAÇÃO	OTAM	UNIDADE	3		
4	CHILLER IAS	HITACHI	UNIDADE	1		
5	BOMBA DE ÁGUA	KSB	UNIDADE	2		
6	EVAPORADORA	CARRIER	UNIDADE	6		
7	CONDENSADORA	CARRIER	UNIDADE	8		
8	INTER-TRAVAMENTO PORTAS	MISURA	UNIDADE	1		
9	SILICONAGEM DIVISÓRIAS E FORRO	N/A	UNIDADE	1		
10	SISTEMA DE TRATAM. DE ÁGUA GELADA	N/A	UNIDADE	1		
11	PAINEL GERAL DE FORÇA	SIMENS	UNIDADE	1		
12	PAINEL GERAL DE ILUMINAÇÃO	SIMENS	UNIDADE	1		
13	PAINEL GERAL DE TOMADAS	SIMENS	UNIDADE	1		
14	LAVADOURA DE BEBEDOUROS	TECNIPLAST	UNIDADE	1		
15	ENCHEDOURA DE BEBEDOUROS	TECNIPLAST	UNIDADE	1		
16	LAVADOURA DE MATERIAL	TECNIPLAST	UNIDADE	1		
17	AUTOCLAVE	PHOENIX	UNIDADE	2		
18	RACK VENTILADOS	TECNIPLAST	UNIDADE	8		
19	RACK VENTILADOS	TECNIPLAST	UNIDADE	5		
20	RACK VENTILADOS	TECNIPLAST	UNIDADE	2		
21	ESTAÇÃO DE TROCA	TECNIPLAST	UNIDADE	4		
TOTAL						

PREVISÃO DE INSUMOS PARA OS EQUIPAMENTOS					
INSUMOS PARA OS EQUIPAMENTOS					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE/ ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Filtros Heppa HVAC610 x 610 x 292	UNIDADE	13		
2	Filtro Tipo bolsa HVAC 690X690	UNIDADE	72		
3	Filtro de Carvão Ativado	UNIDADE	4		
4	Filtros manta G3 HVAC (rolo 50 metros	ROLOS	10		
5	Filtros manta fluxo (rolo 10 metros)	METROS	5		
6	Rolamentos	UNIDADE	20		
7	CORREIAS	UNIDADE	40		
8	INSUMOS, FERRAMENTAS	CONJUNTOS	2		
TOTAL					
RACKS					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE/ ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	FILTROS HEPA RACK/PREFILTRO	CONJUNTO	10		
TOTAL					
FLUXOS/ESTAÇÃO DE TROCA					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE/ ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	FILTRO HEPA	CONJUNTO	1		
TOTAL					
DIVERSOS					
SEQ	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE/ ANO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Resistência 9kw Autoclave	UNIDADE	8		
2	Valvula de Segurança Autoclave 43PSI	UNIDADE	8		
3	Valvula de Segurança Autoclave 50PSI	UNIDADE	6		
4	Filtro Polipropileno 10"	UNIDADE	12		
5	Filtro Carvão ativado 10"	UNIDADE	12		
6	Membrana de osmos	UNIDADE	6		
7	Valvula EVA Osmose	UNIDADE	13		
8	Filtro Comum	UNIDADE	3		
9	Materiais de consumo diversos: tinta, prime, lixa, etc.	CONJUNTO	12		
TOTAL					

EQUIPAMENTO		FANCOIL - EVAPORADORA											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza externa dos condicionadores	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Limpeza do painel frontal	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar acoplamento das tampas	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Limpeza dos sistemas de drenagem	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar e lavar filtros de ar	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar sistema de polias e correias (tensões e estado)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar ruídos anormais no sistema	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Lubrificar equipamento (quando necessário)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Medir tensões e correntes das resistências elétricas de aquecimento	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar atuação das válvulas 2 vias	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar válvula <u>Stad</u>	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar o conjunto mecânico de ventilação (condições da paleta)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificação de ruídos/vibrações	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar fontes de contaminação de ar	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar qualquer obstrução no retorno do ar e sucção externa	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Trocar filtro manta	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar focos de corrosão	Trimestral	P				P		P			P		
Limpar Fan <u>Coi</u> internamente	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar conjunto de ventiladores	Trimestral	P				P		P			P		
Lavar Serpentina com jato d'água	Trimestral	P				P		P			P		
Trocar filtro de bolsa	Trimestral	P				P		P					
Verificar polias	Semestral	P						P					
Verificar rolamento do motor	Semestral	P						P					
Medir resistências de aquecimento	Semestral	P						P					
Trocar filtro Hepa (conforme saturação *)	Anual*	P											

EQUIPAMENTO		CONDENSADORAS E CHILLER											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza dos painéis	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificação da pintura	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificação de ruídos/vibrações	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificação pressão de descarga	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar corrente de operação	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar tensões	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar tensão do motor do ventilador	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar corrente do motor do ventilador	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar área da condensadora (<u>pintura,sujeiras,póças</u>)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar vazamentos e apertar	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar <u>plug</u> fusível	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar o superaquecimento	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar o sub-resfriamento	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar <u>borns</u> e conexões	Trimestral	P				P		P			P		
Inspeccionar de forma geral e reapertar quando necessário	Trimestral	P				P		P			P		
Verificar obstrução dos filtros secundários	Semestral	P						P					
Verificar válvula de expansão	Semestral	P						P					
Limpar e verificar estado das pás da hélice	Semestral	P						P					
Verificar rolamentos dos motores	Semestral	P						P					
Verificar isolamento elétrico	Anual	P											
Verificar intertravamentos	Anual	P											

EQUIPAMENTO		MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXAUSTORES / VENTILADORES											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza geral	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar ruídos e vibrações anormais ou programar corretiva	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar fixação e alinhamento das polias e mancais	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar tensão e estado das correias (substituir quando necessário)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar alinhamento e o nível do eixo do ventilador	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar estado da lona flexível (substituir quando necessário).	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Limpar ou substituir filtros de ar	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar mancais e rolamentos (substituindo quando necessário)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar pontos de oxidação, retocar pintura.	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Registrar tensão e corrente elétrica do motor.	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Efetuar limpeza	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar botoeiras, disjuntores, lâmpadas, fusíveis etc.	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Efetuar reaperto geral em conexões.	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar mau contato em fiação e barramentos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar atuação do relé térmico e demais proteções	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar estado das contadoras (substituindo quando necessário).	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

EQUIPAMENTO		SALA DE MÁQUINAS											
Atividade	Periodicidade	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza da sala de máquinas	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar itens não pertencentes a sala de máquinas e destiná-los	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar possíveis fontes de contaminação e elimina	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar filtros de entrada de ar	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar se existe corrosão nas estruturas e eliminá-las	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar a conservação de máquinas e equipamentos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Realizar limpeza na área (<u>forno,piso,dutos,paredes</u>)	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

EQUIPAMENTO		SISTEMA ELÉTRICO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar se <u>existe</u> lâmpadas defeituosas	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Inspeccionar os quadros elétricos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Solicitar a necessidade de apertar os terminais elétricos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar o aquecimento dos contatos elétricos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar terminais elétricos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar aquecimento e funcionamento do <u>disjuntor</u> s	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar sinalizadores dos quadros	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

EQUIPAMENTO		SISTEMA DE AUTOMAÇÃO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar atuação das válvulas de água	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar CLT do quadro	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar <u>display</u> da CLT para verificação dos transmissores de temperatura e umidade	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Calibrar sensores	Anual		P										
Calibrar as controladoras	Anual		P										
Verificar o funcionamento dos variadores de <u>frequência</u>	Anual		P										
Medir tensão elétrica na alimentação	Anual		P										

EQUIPAMENTO		LABORATÓRIO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar e eliminar infiltrações	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Eliminar fontes de ruídos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar sistema de portas	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar acionamento dos intertravamentos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar controles de temperatura e umidade	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Verificar vedação de forro, divisórias e cantos sanitários, caso necessário fazer a correção	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Acionar os <u>splits</u> de reserva nas salas de equipamentos	Mensal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P

EQUIPAMENTO		REDE DE DUTOS											
Atividade	Periodicidade	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza da rede de ar de insuflamento e retorno, limpeza das tomadas de ar externo, limpeza dos difusores e grelhas	Anual							P					

Certificação das áreas e ajuste das pressões do laboratório	Anual										P				
Certificação da capela	Anual										P				

Anexo II - B. Modelo de Atestado de Conhecimento.pdf

MODELO DE ATESTADO DE CONHECIMENTO

Referência: (número da Licitação)

Data: ____/____/2020.

Licitante: (Nome da Licitante)

O licitante acima identificado ATESTA que, por meio de seu representante legal ou empregado/preposto por ele indicado, Sr.(a) _____(nome)_____,
_____(cargo)_____.

() OPÇÃO 1: NÃO EFETUOU vistoria nas dependências da UFPE, assumindo o compromisso de atender aos requisitos e exigências do edital, nas condições e características verificadas no momento da prestação dos serviços, não havendo possibilidade de posteriores alegações para o não cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Também como, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do referido Pregão, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

() OPÇÃO 2: EFETUOU vistoria nas dependências da UFPE onde os novos serviços e equipamentos serão instalados, recebendo informações sobre cumprimento integral do objeto da referida Licitação. Declara ainda que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário ou dúvida quanto ao fornecimento, bem como quanto ao modo, condições e locais da prestação dos serviços, afirmando deter todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto licitado.

Representante da Empresa:

(nome completo, telefone e e-mail)

(assinatura)

Representante da UFPE:

(carimbo e assinatura)

DATA: ____ / ____ / 2023.

Anexo III - C. Modelo de Designacao de Responsavel Tecnico.pdf

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

PROCESSO N.º 23076.031540/2023-41

PREGÃO N.º

OBJETO LICITADO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.

PROPONENTE:

Vimos por meio deste designar o (a) senhor (a) _____, profissional de nível superior em _____, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, Responsável Técnico pelo serviço deste certame.

O profissional, acima designado, compromete-se a participar pessoal e diretamente na realização dos serviços contratados.

Local, ____ de _____ de 2023.

Nome do Profissional:

CPF:

<Anexar cópia da titulação>.

Nome do Responsável pela empresa:

Cargo: Nome da empresa:

Anexo IV - D. Modelo de Ordem de Serviço.pdf

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	UNIDADE REQUISITANTE:
DATA DE EMISSÃO:	SERVIÇO:
CONTRATO Nº:	PROCESSO Nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ:
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
TOTAL					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	

LOCAL DE REALIZAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO	
ENDEREÇO:	
DATA DE INÍCIO:	DATA DE TÉRMINO:

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço

Anexo V - E. LAUDO SESST.pdf



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 004/2023

Processo 23076.031540/2023-41

EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade Universitária – Recife/PE

CNPJ: 24.134.488/0001-08

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife

I. INTRODUÇÃO

Por solicitação da Sra Fabiana Alves do Nascimento, Assistente em administração da CAF/PROPESQI, por meio do despacho nº 60042/2023 – CAF PROPESQI, constante no Processo nº23076.031540/2023-41, contendo a Minuta do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seus anexos **para contratação de empresa especializada para executar serviços de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante**, foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei nº. 6.514/1977), Portaria Ministerial nº 3.214/1978, Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 2.271/1997, Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e suas alterações.

II. PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS

Conforme item 5.4.3 da Minuta do Termo de Referência (ordem 18):

CARGO	QUANTIDADE
GESTOR	01
TÉCNICO DE BIOTERISMO	01
AUXILIAR DE BIOTERISMO	04
TOTAL	06

Encontram-se listados no Anexo II – da Minuta do TR, os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas: climatização/ventilação, fancoil – evaporadora, condensadoras e chiller, exaustores, ventiladores, sala de máquinas, sistema elétrico, sistema de automação, laboratório, rede de dutos, certificação das áreas e ajuste das pressões do laboratórios e certificação de capelas; entretanto, as manutenções irão ocorrer conforme o cronograma proposto no referido anexo (ratificada pelo despacho Nº 67233 / 2023 - CAF PROPESQI anexo à ordem 33 do processo 23076.031540/2023-41). A minuta do TR não define mão de obra a ser aplicada nos serviços, quantidade de profissionais nem seus respectivos cargos e jornada de trabalho.

III. JORNADA DE TRABALHO

Conforme o item 5.4.3.1 da Minuta do Termo de Referência (ordem 18):



CARGO	QUANTIDADE
GESTOR	A jornada de trabalho será em turnos diurnos de segunda-feira à sexta-feira, totalizando 20 horas semanais (part-time).
TÉCNICO DE BIOTERISMO	A jornada de trabalho será em turno diurno de 08 (oito) horas de segunda-feira à sexta-feira, com intervalo de 1 (uma) hora para refeição, e em turno diurno de 04 (quatro) horas aos sábados, totalizando 44 horas semanais.
AUXILIAR DE BIOTERISMO	

IV. RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS

Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar - ETP, item 9, o Gestor Técnico, o Técnico de Bioterismo e o Auxiliar de Bioterismo têm como atribuições:

- Gestor Técnico:

1. Implantação de toda a logística de funcionamento dos biotérios de modo a atender os procedimentos preconizados para biotérios SPF; Supervisão/coordenação de todas as atividades desenvolvidas pelos funcionários do biotério;
2. Controlar a frequência de funcionários e elaborar relatórios de atividades;
3. Elaboração de todos os procedimentos necessários para a certificação internacional do biotério;
4. Implantação do sistema de monitoramento à distância com chamada de emergência em caso de pane (via SMS);
5. Implantação do PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos) para o tratamento dos rejeitos e carcaças antes de sua eliminação para incineração e padronização dos procedimentos técnicos das áreas dos biotérios;
6. Treinamento dos servidores da UFPE alocados no biotério Central;
7. Viabilização da compra de insumos e demais materiais necessários ao pleno funcionamento dos biotérios;
8. Controle do estoque de insumos recebidos pelo setor;
9. Atender solicitações diversas de tarefas nos biotérios.

- Técnico de Bioterismo:

1. Conter manualmente os animais para a troca de caixas durante os procedimentos de limpeza;
2. Zelar pelo cuidado e bem-estar dos animais.
3. Observar qualquer alteração no aspecto do animal ou seu comportamento e comunicar imediatamente a Comissão Veterinária e o Coordenador do biotério;
4. Fiscalizar todas as tarefas realizadas pelos auxiliares de biotério;
5. Fiscalizar a utilização correta do EPI pelos auxiliares de biotérios;
6. Executar rotinas de higiene pessoal e portar vestimenta higienizada (equipamentos de proteção individual e coletiva) com a finalidade de proteger os animais de infecções por microrganismos e proteger a si próprio de possíveis zoonoses;
7. Retirar das gaiolas as carcaças de animais mortos, ensacá-las e congelá-las para descarte apropriado, comunicando o óbito a Comissão Veterinária e ao Coordenador do Biotério;
8. Controle de entrada e saída de animais do biotério;
9. Auxílio na manutenção de planilha atualizada com todos dados do biotério;
10. Preparo de relatórios;
11. Solicitação e acompanhamento do reparo e manutenção de equipamentos e serviços;
12. Suporte na execução de atividades relacionadas à estocagem e/ou expedição de animais;
13. Suporte na coleta e transportes em contêineres dos dejetos dos animais;
14. Realização do acasalamento de animais de laboratório;
15. Realização do desmame de animais de laboratório;
16. Preparo de soluções destinadas à desinfecção ambiental;
17. Controle e registro do número de animais vivos em cada gaiola;
18. Controle e registro de entrada e saída de pessoas, equipamentos e animais;
19. Realizar eutanásia em animais de descarte, sob orientação do médico veterinário ou do coordenador do biotério e acondicionar as carcaças materiais biológicos em sacos apropriados para o mesmo;
20. Serviços diversos como distribuição de medicamento, sexagem dos animais, distribuição dos animais, etiquetagem dos recipientes de acordo com os nascimentos, desmame, e triagem buscando animais doentes, e outros tipos de triagem, separações e etiquetagens



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

- que se façam necessárias;
21. Serviços de monitorização diários (3 vezes ao dia) de estufas, temperatura das salas, e de outros equipamentos e condições que se façam necessários para o bom funcionamento do biotério;
 22. Abastecimento dos biotérios com materiais de consumo diversos como ração, medicamentos, maravalha, etc, necessários ao funcionamento dos Biotérios;
 23. Comunicar necessidade de reparos e manutenção.
- Auxiliar de Bioterismo:
 1. Limpeza com retirada de fezes e urina, restos de alimentos das caixas, gaiolas, tanques, vidros, bandejas, ou outros recipientes, sempre que necessário, para a criação adequada do animal;
 2. Acondicionamento adequado de dejetos dos animais em sacos plásticos apropriados para materiais infectantes/animais, sempre que necessário;
 3. Serviços de autoclavação dos recipientes de criação de animais, rações, maravalha e outros produtos necessários aos cuidados dos mesmos, em autoclaves em funcionamento dos próprios biotérios. Na ausência de autoclaves, realizar a esterilização química dos materiais;
 4. Suporte na execução de atividades relacionadas ao manejo animal;
 5. Higienizar salas e ambientes de criação e manutenção de animais, incluindo chão, paredes, tetos, estantes, racks, tanques e demais equipamentos;
 6. Executar rotinas de higiene pessoal e portar vestimenta higienizada (equipamentos de proteção individual e coletiva) com a finalidade de proteger os animais de infecções por microrganismos e proteger a si próprio de possíveis zoonoses;
 7. Abastecer os recipientes de criação de animais com rações adequadas, água, e outros materiais, como por exemplo, maravalha, sempre que necessário para a criação adequada do animal;
 8. Peneirar a ração e maravalhas para a retirada do pó;
 9. Armazenar materiais e carcaças devidamente acondicionados;
 10. Submeter-se a exames de saúde;
 11. Utilizar produtos específicos para assepsia e desinfecção no trato com animais;
 12. Operar máquinas e equipamentos necessários à execução das tarefas acima descritas;
 13. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais.

V. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a Norma Regulamentadora NR 15 – Atividades e operações insalubres do Ministério do Trabalho e Emprego, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

-Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;

- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14 da NR 15;

- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário-mínimo regional);

- GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário-mínimo regional);

- GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário-mínimo regional).

Ainda conforme a NR, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.



VI. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a NR-16, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

VII. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

CARGO: GESTOR TÉCNICO		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	UFPE - <i>Campus Recife</i>	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Biotério Central da UFPE	01
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO: As rotinas encontram-se no Estudo Técnico Preliminar - ETP, item 9 e transcritas no Item IV deste Laudo Técnico.		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
FÍSICOS: Inexistentes QUÍMICOS: Inexistentes BIOLÓGICOS: Inexistentes ERGONÔMICOS: Posturas inadequadas Postura estática - trabalho sentado (uso do computador)		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: Treinamentos – Educação postural e Alongamentos, Utilização/guarda/conservação de EPIs

CARGO: TÉCNICO DE BIOTERISMO		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	UFPE - <i>Campus Recife</i>	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Biotério Central da UFPE	01
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO: As rotinas encontram-se no Estudo Técnico Preliminar - ETP, item 9 e transcritas no Item IV deste Laudo Técnico.		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
BIOLÓGICOS: Micro-organismos (contato com os animais e seus dejetos)		EPIs: Luvas em látex impermeáveis, Calçado de segurança, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias.
QUÍMICOS: Utilização de desinfetante odorizante, álcool etílico 70° INPM, detergente neutro, Hipoclorito de sódio mín. 12% e amônia quaternária para realização de procedimentos de limpeza e desinfecção.		EPIs: óculos de segurança, calçado de segurança, luvas nitrílicas, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias.
ERGONÔMICOS: Posturas inadequadas e trabalho em pé Postura estática - trabalho sentado (uso do computador)		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: Treinamentos – Educação postural e Alongamentos, Utilização/guarda/conservação de EPIs.
ACIDENTE: Risco de mordidas dos animais; Manuseio de materiais perfurocortantes		EPIs: Calçado de segurança, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias, Capacitação em prevenção de acidentes com animais; Luvas de procedimentos



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

CARGO: AUXILIAR DE BIOTERISMO		
LOCAL DAS ATIVIDADES:	UFPE - <i>Campus Recife</i>	Nº Expostos:
AMBIENTE DE TRABALHO:	Biotério Central da UFPE	04
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO: As rotinas encontram-se no Estudo Técnico Preliminar - ETP, item 9 e transcritas no Item IV deste Laudo Técnico.		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
BIOLÓGICOS: Micro-organismos (contato com os animais e seus dejetos)		EPIs: Luvas em látex impermeáveis, Calçado de segurança, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias.
QUÍMICOS: Utilização de desinfetante odorizante, álcool etílico 70° INPM, detergente neutro, Hipoclorito de sódio mín. 12% e amônia quaternária para realização de procedimentos de limpeza e desinfecção.		EPIs: óculos de segurança, calçado de segurança, luvas nitrílicas, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias.
ERGONÔMICOS: Posturas inadequadas e trabalho em pé Postura estática - trabalho sentado (uso do computador)		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: Treinamentos – Educação postural e Alongamentos, Utilização/guarda/conservação de EPIs.
ACIDENTE: Risco de mordidas dos animais		EPIs: Luvas de procedimentos, Calçado de segurança, Máscara semifacial filtrante para proteção das vias respiratórias, Capacitação em prevenção de acidentes com animais.

CARGO: Profissionais manutencistas dos equipamentos e sistemas: climatização/ventilação, fancoil – evaporadora, condensadoras e chiller, exaustores, ventiladores, sala de máquinas, sistema elétrico, sistema de automação, laboratório, rede de dutos, certificação das áreas e ajuste das pressões do laboratórios e certificação de capelas		Nº Expostos: Não definido
Anexo II da Minuta do TR		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos biológicos: Presença de fungos, ácaros e outros micro-organismos		EPIs: Luvas em látex impermeáveis, Calçado de segurança, Máscara semifacial com filtro PFF1 para proteção das vias respiratórias.
Riscos de acidentes: Eletricidade		<u>Qualificação:</u> Curso específico na área de elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino. <u>Capacitação:</u> Curso básico segurança em instalações e serviços com eletricidade (40h), com reciclagem bienal. <u>Autorização:</u> Incluindo identificação visível, com anuência formal da empresa. <u>Procedimento de Bloqueio elétrico:</u> Desenergização, Bloqueio físico (travas/cadeados), sinalização, Bloqueio do religamento automático (se houver) e Constatação de ausência de tensão com uso de multímetro na função voltímetro adequado. <u>Autorização para reenergização:</u> A sequência deve ser obedecida: retirada das ferramentas, utensílios e equipamentos; retirada da zona controlada de todos os trabalhadores não envolvidos no processo de reenergização; remoção do aterramento temporário (se houver) e das proteções adicionais; remoção da sinalização de impedimento de reenergização; destravamento (se houver) e religação dos dispositivos de seccionamento. <u>É vedado o uso de adornos pessoais (aliança, relógio etc.)</u>

(Continuação - Riscos de acidentes: Eletricidade)	<u>Ferramentas, equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricas:</u> compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas; Isolamento elétrico adequados às tensões envolvidas, inspecionados e testados de acordo com as regulamentações existentes ou recomendações dos fabricantes. EPIs: Ver item VIII - C
Riscos de acidentes: Trabalho em altura (maior que 2 metros)	Utilizar cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo em Y, capacete de segurança com jugular e amarração na plataforma de elevação Treinamento em altura - NR-35 (carga horária de 8h) com reciclagem bienal Não realizar trabalho quando condições meteorológicas não permitirem
Riscos de acidentes: Prensamento/esmagamento de membros (manutenção em equipamentos rotativos, correias)	<u>Procedimento de Bloqueio:</u> Bloqueio físico (travas/cadeados), sinalização

VIII. MEDIDAS DE CONTROLE

a. MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos. Esgotando-se as possibilidades de implantação, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da segurança e saúde ocupacional.

Para os PROFISSIONAIS DE ELÉTRICA:

Procedimento de Bloqueio mecânico e elétrico (ver detalhes no item dedicado aos profissionais da elétrica): PROCEDIMENTO DE descarga da energia potencial e residual, Bloqueio físico (travas/cadeados/válvulas), Sinalização, Bloqueio do religamento automático (se houver) e Constatação de ausência de tensão/carga com uso de instrumento (quando aplicável), prevendo a existência de caixas de bloqueio coletivo/garras e cadeados individuais.



Modelo de caixa de bloqueio



Modelo de garras para bloqueio



Modelo de etiqueta



Cadeado



Bloqueio de válvulas

- QUALIFICAÇÃO: Curso específico na área de elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino (Eletricista e técnico de elétrica);
- CAPACITAÇÃO: Curso básico segurança em instalações e serviços com eletricidade (40h) e Sistema Elétrico de Potência (40h), com reciclagem bienal;
- AUTORIZAÇÃO: Incluindo identificação visível, com anuência formal da empresa;



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

- PROCEDIMENTO DE BLOQUEIO ELÉTRICO: Desenergização, Bloqueio físico (travas/cadeados), sinalização, Bloqueio do religamento automático (se houver) e Constatação de ausência de tensão com uso de multímetro na função voltímetro adequado, prevendo a existência de caixas de bloqueio coletivo/garras e cadeados;

- AUTORIZAÇÃO PARA REENERGIZAÇÃO: A sequência deve ser obedecida: retirada das ferramentas, utensílios e equipamentos; retirada da zona controlada de todos os trabalhadores não envolvidos no processo de reenergização; remoção do aterramento temporário (se houver) e das proteções adicionais; remoção da sinalização de impedimento de reenergização; destravamento (se houver) e religação dos dispositivos de seccionamento;

- PROIBIÇÃO DO USO DE ADORNOS PESSOAIS (aliança, relógio, etc) e quaisquer outros objetos metálicos: chaves, chaveiros, etc;

- FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, DISPOSITIVOS E FERRAMENTAS ELÉTRICAS: Compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas; Isolamento elétrico adequados às tensões envolvidas, inspecionados e testados de acordo com as regulamentações existentes ou recomendações dos fabricantes. Incluindo: varas de manobra e detectores de tensão.

b. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual.

Conforme o item 4 - Modelo de execução do objeto/Insumos da Minuta do Termo de Referência, os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs são de responsabilidade da contratada. Segundo a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual, a empresa é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs a ser adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo:

Quadro – EPIs e uniformes obrigatórios para uso durante as atividades

EPI	ATIVIDADE
LUVAS DE LÁTEX para procedimento não cirúrgico descartável	Retirar fezes, urina, vômitos, insetos, etc. Limpeza dos materiais de uso veterinário
LUVAS DE SEGURANÇA em borracha nitrílica, com revestimento interno; antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, comprimento mínimo de 45 cm e espessura mínima de 5mm	Limpeza em geral
MÁSCARAS semifaciais com filtro adequado ao agente de risco	Manuseio de produtos de limpeza, Manuseio dos dejetos dos animais, e Lavagem das instalações e equipamentos em geral
ÓCULOS DE SEGURANÇA com lentes incolores	Manipulação de produtos químicos
CALÇADO DE SEGURANÇA fechado com solado antiderrapante	Todas as atividades



TRABALHO EM ALTURA – Acima de 2m

CAPACETE de segurança com jugular
CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA COM TALABARTE DUPLO EM Y*, com quatro pontos de ancoragem, confeccionado em fita de material sintético (poliéster), contendo 3 argolas em “D”, sendo duas localizadas na lateral do cinturão para posicionamento e uma dorsal no centro das costas na altura dos ombros para ancoragem de proteção contra queda. Possui ponto frontal na altura do peito para ancoragem de proteção contra queda e um ponto abdominal para posicionamento e/ou conexão de descensores, ambos confeccionados em fita. Deve conter fivelas duplas, 2 para ajuste das pernas, 2 para ajuste de cintura, 2 para ajuste dos suspensórios, 2 para ajuste da conexão entre a cintura e as pernas na parte traseira, 1 para vestimenta na cintura e 2 para vestimenta nas pernas. Pode conter alças de porta material.
TALABARTE DUPLO EM Y, feito em material sintético, armamento tipo mosquetão em Y, 1.600 mm, 5 mm, 2 ganchos alumínio com abertura, travas duplas e absorvedor de energia.

PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ELETRICIDADE/AUTOMAÇÃO

BOTINA DE SEGURANÇA DE COURO PARA ELETRICISTA SEM PARTES METÁLICAS com biqueira em polipropileno, solado antiderrapante observando a durabilidade e conforto dos trabalhadores
--

IX. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes na proposta da minuta do termo de referência e no Estudo Técnico Preliminar, avaliada a fundamentação legal para concessão do referido, comparando as atividades e caracterização do contato – habitual *versus* eventual, com os critérios estabelecidos na NR 15, do MTE.

Visto que a forma de contratação de serviço não definiu a mão de obra a ser aplicada nos serviços de manutenção do sistema de climatização - quantidade de profissionais a atuar na prestação do serviço e seus respectivos cargos e jornada de trabalho -, não é possível avaliar de forma preliminar o enquadramento para o adicional de insalubridade. Sendo assim, a avaliação para insalubridade deverá realizada pela contratada durante a vigência do contrato, observando os critérios da NR-15 – Atividades e operações insalubres, do Ministério do trabalho, e seus anexos, em conformidade com o item “Informações gerais de mão de obra” do tópico “Estimativas das quantidades a serem contratadas” do ETP.

- RISCOS FÍSICOS:

Inexistentes.



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

- RISCOS BIOLÓGICOS:

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15 ^{NOTA1}	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
GESTOR TÉCNICO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NÃO FAZ JUS
TÉCNICO DE BIOTERISMO	Micro-organismos (Vírus, Bactérias, etc.)	Manipulação de animais (Distribuição de animais, sexagem, distribuição de medicamentos, realização de desmame e acasalamento, realização de eutanásia, etc.); Retirada das carcaças de animais mortos das gaiolas e ensacamento e congelamento para descarte.	[...] outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais)	Utilização de Calçado de segurança, Luvas de látex descartáveis e Máscaras Semifaciais Cirúrgicas	FAZ JUS A GRAU MÉDIO
AUXILIAR DE BIOTERISMO	Micro-organismos (Vírus, Bactérias, etc.)	Retirar fezes, urina, vômitos, insetos, restos de alimentos das caixas, gaiolas ou outros recipientes; Acondicionamento adequado de dejetos dos animais em sacos plásticos apropriados.	[...] outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais)	Utilização de Calçado de segurança, Luvas de látex descartáveis e Máscaras Semifaciais Cirúrgicas	FAZ JUS A GRAU MÉDIO

NOTA 1: Anexo 14 - Agentes biológicos

- RISCOS QUÍMICOS:

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
GESTOR TÉCNICO	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	NÃO FAZ JUS
TÉCNICO DE BIOTERISMO	Utilização de desinfetante odorizante, detergente neutro, álcool etílico 70° INPM, Hipoclorito de sódio mín 12%, e amônia quaternária para realização de procedimentos de limpeza e desinfecção.	Preparo de soluções destinadas a desinfecção ambiental	Não se aplica.	Utilização de Óculos de segurança, calçado de segurança e luvas nitrílicas	NÃO FAZ JUS



(Continuação - RISCOS QUÍMICOS)

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
AUXILIAR DE BIOTERISMO	Utilização de desinfetante odorizante, detergente neutro, álcool etílico 70° INPM, Hipoclorito de sódio mín 12%, e amônia quaternária para realização de procedimentos de limpeza e desinfecção.	Limpeza e Desinfecção de pisos, paredes, teto, estantes, racks, tanques e demais equipamentos	Não se aplica.	Utilização de Óculos de segurança, calçado de segurança e luvas nitrílicas	NÃO FAZ JUS

X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERICULOSIDADE

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-16	MEDIDA DE CONTROLE	PERICULOSIDADE
TODOS OS PROFISSIONAIS	Álcool etílico 70° INPM	Atividade de desinfecção de superfícies	As operações de transporte de inflamáveis líquidos [...], em quaisquer vasilhames e a granel, [...] exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos	Realizar o manuseio longe de fontes de calor, faísca, chama aberta, superfícies quentes. Manter o recipiente hermeticamente fechado quando não estiver em uso; Armazenar em local ventilado e em local fresco	NÃO FAZ JUS

XI. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

- De acordo com a minuta do TR e seu Anexo II, as intervenções nos sistemas elétricos e de automação envolvem **baixa tensão e extra baixa tensão**, nos termos da NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Dessa forma, **não** devem ser permitidas quaisquer atividades em instalações com tensões superiores. **Não** deve ser permitida a entrada de pessoas não autorizadas à subestação que alimenta o Biotério Central. Conforme a NR-10, em seu item 10.8.4: “São considerados autorizados os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados, com anuência formal da empresa”, sendo neste contexto, um engenheiro eletricista da UFPE.
- Fiscalizar o fornecimento/utilização dos EPIs, observando as orientações dos fabricantes dos produtos químicos (em caso de emergência) e os constantes neste laudo;



UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
SESST – Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

- Recomenda-se aos empregados da empresa contratada responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos listados no Anexo I da Minuta do Termo de Referência, cujos procedimentos e prazos de manutenção estão arrolados no Anexo II, a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual adequados e o cumprimento de procedimentos de segurança apropriados, conforme os riscos a que estarão submetidos, sejam eles físicos, químicos, biológicos e/ou de acidentes;
- A empresa fica obrigada a estabelecer, dentre seus empregados, um designado pela **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada;
- Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-CoV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo;
- A empresa contratada deverá **capacitar, inicialmente** e de **forma continuada**, seus trabalhadores em: Educação postural e Alongamentos, Utilização, guarda e conservação de EPIs, Biossegurança animal; Noções de primeiros socorros; Prevenção de acidentes com animais. Tais treinamentos devem ser registrados com lista de presença e armazenados por 5 anos após o desligamento do empregado;
- A empresa contratada deverá atender à exigência legal da NR 07 e apresentar ao SESST/UFPE o PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, conforme Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978;
- Manter controle vacinal previsto no PCMSO;
- Manter um kit de primeiros socorros no local de trabalho;
- A empresa contratada também deverá apresentar ao SESST/UFPE o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos ou PPRA - Programa de Prevenção Riscos Ambientais, em atendimento à NR 01, conforme os requisitos da NR 09, segundo estabelecido pela Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978, informando as medidas de controle de riscos propostos e além da estrutura mínima prevista na NR, deverá conter:
 - Inventário de todos os produtos químicos, com indicação daqueles que impliquem em riscos à segurança e saúde do trabalhador;
 - Cópias das FISPQs – Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos, prevendo riscos à segurança e saúde do trabalhador e ao meio ambiente, considerando as formas de utilização, recomendações prevendo as formas de utilização do produto; medidas de proteção coletiva, individual e controle médico da saúde dos trabalhadores; condições e local de estocagem e procedimentos em situações de emergência em caso de acidente ou vazamento do produto;
- Manter as referidas FISPQs – Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos atualizadas, disponíveis e acessíveis;
- Deve ser mantida a ROTULAGEM DO FABRICANTE na embalagem original dos produtos químicos;
- As áreas de armazenamento de produtos químicos devem ser VENTILADAS e SINALIZADAS;
- O acondicionamento dos produtos químicos deve observar a COMPATIBILIDADE QUÍMICA entre eles e as condições ambientais de armazenamento;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais, devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, sendo que 01 (uma) via da mesma deverá ser entregue ao Gestor do contrato que enviará uma cópia ao SESST, no prazo de até 24h após o acidente;
- É imprescindível observar as recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos deste laudo.

XII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Portaria 3214, de 03/06/1978 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras;
- Lei nº 6514, de 22/12/1977;
- Lei nº 8112 de 11/11/1990, Regime Jurídico Único;
- Decreto-lei nº 5.452 de 1º./05/1943 (aprova a CLT)



XIII. CONCLUSÃO

Segundo critérios da Norma Regulamentadora NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, recomenda-se de forma **preliminar** a concessão de ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO ao Técnico de Bioterismo e aos Auxiliares de Bioterismo a serem contratados. No entanto, por ter como atribuições atividades meramente administrativas conforme consta no Estudo Técnico Preliminar - ETP, o Gestor Técnico a ser contratado **NÃO** faz jus ao adicional de insalubridade.

Quanto ao adicional de periculosidade, conforme critérios da NR-16, **NÃO** fazem jus ao adicional de periculosidade quaisquer dos profissionais a serem contratados.

Ressaltamos que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade que deve ser emitido pela empresa contratada, portanto, empregadora, segundo estabelece a NR- 15 (15.4.1.1) e a NR-16 (16.3), visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma preliminar a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de custo e formação de preços.

Além disso, do ponto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

Faz-se indispensável que o **GESTOR DO CONTRATO** monitore o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de **GARANTIR** que as mesmas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

As atividades dos contratados poderão ser acompanhadas pelo SESST durante a vigência do contrato, focando no cumprimento das recomendações propostas neste laudo e objetivando principalmente verificar o cumprimento dos aspectos legais para a construção e o cultivo de uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro em um ambiente satisfatório.

Recife, 03 de agosto de 2023.

Gabriel Vieira de Melo Faeirstein
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-PE 181908018-8

Flávia Ataíde da Motta
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 33633 – D/PE

**Anexo VI - F. Instrumento De Medicao de Resultado
_IMR.pdf**

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Prestar, de forma contínua, serviços de Gerenciamento Técnico-Administrativo visando atender a demanda do Biotério Central – Campus Recife/PE.
	Garantir o cumprimento do fornecimento e condições satisfatórias dos insumos.
Meta a Cumprir	Executar de modo satisfatório e pontual o objeto contratado nos moldes descritos no Termo de Referência.
Instrumento de Medição	Relatório mensal elaborado pelo fiscal do contrato
Forma de Acompanhamento	Presencial, verificado pelo Fiscal técnico ou Gestor do Contrato.
	E-mails, relatos formais e demais documentos formulados pelo gestor/fiscal do contrato ou de representante da Contratada que demonstrem ocorrências durante a prestação de serviços.
Periodicidade	Diária e por evento/constatação.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	1. Se as metas cumpridas = 100% do valor da fatura do mês.
	2. Se: permitir a presença de empregado sem uniforme e equipamento de proteção. Então aplicar Grau 1) Por empregado e por ocorrência.
	3. Se: Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços. Então aplicar Grau 1) Por empregado e por dia.
	4. Se: Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. Então aplicar Grau 6) Por dia e por tarefa designada.
	5. Se: Destruir ou danificar documentos, insumos e/ou equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes. Então aplicar Grau 3) Por ocorrência.
	6. Se: Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato. Então aplicar Grau 5) Por ocorrência
	7. Se: Recusar-se a executar serviço executado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado. Então aplicar Grau 5) Por ocorrência.
	8. Se: Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Então aplicar Grau 6) Por ocorrência.
	9. Se: Retirar empregados do serviço durante o expediente, sem anuência prévia do CONTRATANTE. Então aplicar Grau 4) Por empregado e por dia.
	10. Se deixar de: Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal. Então aplicar Grau 1) Por empregado e por dia.
	11. Se deixar de: Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Então aplicar Grau 1) Por empregado e por dia
	12. Se deixar de: Manter a documentação de habilitação atualizada. Então aplicar Grau 1) Por item e por ocorrência.

	13. Se deixar de: Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO. Então aplicar Grau 1) Por ocorrência.
	14. Se deixar de: Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados. Então aplicar Grau 1) Por ocorrência e por dia.
	15. Se deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO. Então aplicar Grau 2) Por ocorrência.
	16. Se deixar de: Efetuar a reposição de funcionários faltosos. Então aplicar Grau 2) Por ocorrência.
	17. Se deixar de: Efetuar pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas datas avençadas. Então aplicar Grau 2) Por ocorrência e por dia.
	18. Se deixar de: Indicar e manter PREPOSTO na forma prevista neste Termo. Então aplicar Grau 1) Por dia
	19. Se deixar de: Apresentar quando solicitada, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária. Então aplicar Grau 2) Por ocorrência e por dia.
	20. Se deixar de: Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços. Então aplicar Grau 1) Por ocorrência e por dia.
	21. Se deixar de: Entregar ou entregar com atraso ou entregar incompleta, a documentação exigida neste termo Então aplicar Grau 1) Por ocorrência e por dia
	22. Se deixar de: Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida neste Termo. Então aplicar Grau 1) Por ocorrência e por dia.
	23. Se deixar de: Efetuar reposição de empregado faltoso. Então aplicar Grau 2) Por ocorrência.
	24. Se deixar de: Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas. Então aplicar Grau 1) Por item e por ocorrência.
	25. Se deixar de: Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO. Então aplicar Grau 2) Por item e por ocorrência. Os descontos poderão ser efetuados cumulativamente.
Mecanismo de Cálculo	<p>Cada problema será verificado e classificado conforme abaixo:</p> <p>Grau 01) 0,2% sobre o valor mensal do contrato.</p> <p>Grau 02) 0,4% sobre o valor mensal do contrato.</p>

	<p>Grau 03) 0,8% sobre o valor mensal do contrato. Grau 04) 1,6% sobre o valor mensal do contrato. Grau 05) 3,2% sobre o valor mensal do contrato. Grau 06) 4,0% sobre o valor mensal do contrato.</p>
Sanções	<p>Para os fins dos itens 1. a 26., será aplicada multa nas seguintes condições:</p>
	<p>a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação dos serviços, até no máximo de 5% (cinco por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.</p>
	<p>b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do Contrato ou de descumprimento de obrigação contratual.</p>
	<p>c) 30% (trinta por cento) do valor do Contrato no caso de inexecução total do Contrato.</p>
	<p>As multas aplicadas poderão ser descontadas do pagamento devido à Contratada, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.</p>
Observações	<p>Serão excluídas as solicitações de atendimento não cumpridas dentro do prazo por motivos fortuitos ou de força maior.</p>
	<p>Será assegurado o direito de defesa da Contratada nas hipóteses que ensejarem a aplicação das sanções acima.</p>



Emitido em 19/06/2023

ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA N° 3/2023 - CAF PROPESQI (11.00.12)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 19/06/2023 11:03)

DANIEL GARRETT FEITOSA

COORDENADOR - TITULAR

CAF PROPESQI (11.00.12)

Matrícula: ###909#4

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2023**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **19/06/2023** e o código de verificação: **75351ced23**

Anexo VII - G. ETP 67 2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 67/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.031540/2023-41

2. Fundamentos Legais:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 08 DE AGOSTO DE 2022

Art. 6º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 7º O ETP deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 8º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do art. 3º.

Art. 9º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

*Considerando que os Estudos Preliminares serão anexos dos Termos de referência, **recomenda-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) (regulamenta acesso à informação)**, quando a possibilidade de divulgação. Caso não seja possível devido a sua classificação, conforme a referida lei, deverá ser divulgado como anexo do TR um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.*

Art. 7º § 4º Ao final da elaboração dos ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR).

ANEXO VI

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia disponibilizará, por meio de Cadernos de Logística, os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra executados de forma contínua ou não em edifícios públicos." (NR).

3. OBJETO/OBJETIVO:

3.1. Contratação de serviços de Gerenciamento Técnico-Administrativo do Biotério Central da UFPE com a produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf - livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

4. REFERÊNCIA LEGAL

4. Partindo do princípio da Legalidade, que sempre deve nortear as ações da Administração Pública, foram analisados, principalmente, os Instrumentos Legais abaixo relacionados:

4.1. Instrução Normativa 05/2017 - Ministério do Planejamento e Gestão.(Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);

4.2. Lei nº 14.133/2021 - (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

4.3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e alterações, que Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.4. Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos arts. 82 e 83 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

4.5. Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011. (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art.5º, no inciso II do § 3º do art.37e no § 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências);

4.6. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1941.(Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho);

4.7. Lei nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. (Altera a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalhos.

4.8. Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.(trata dos cargos extintos ou em extinção no âmbito da Administração Federal);

4.9. Modelos da AGU de licitações e contratos. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Termo de referência, minuta de edital e minuta de contrato;

4.10. Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507.

4.11. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.12. Código Brasileiro de Ocupação(CBO).

5. Descrição da necessidade

5.1. O objetivo para a presente contratação dá-se pela necessidade de produzir e cuidar adequadamente dos animais de experimentação. A melhoria da qualidade dos animais experimentais produzidos pela Universidade Federal de Pernambuco, através da implantação de biotérios com ambiente SPF (Specific Pathogen Free) é uma das grandes preocupações de toda a comunidade científica, incluindo os pesquisadores e técnicos desta Universidade.

Com um investimento total superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o Biotério Central é um instrumento de aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico de Pernambuco e do país, pois se utiliza de técnicas modernas que propiciam a produção e o fornecimento de Animais de Laboratório de alta qualidade sanitária e genética e, conseqüentemente, maior confiabilidade nos resultados das pesquisas, seguindo padrões nacionais e internacionais preconizados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e American Association for Laboratory Animal Science (AALAS). O Biotério construído pela UFFE possuirá uma demanda de serviços altamente especializados e específicos, para a manutenção do padrão sanitário e genético dos animais destinados à experimentação, em diversas áreas do conhecimento científico.

Entretanto, atualmente a UFPE não dispõe de servidores com a expertise necessária para o gerenciamento do biotério supracitado e nem tampouco para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do tipo HVAC.

Além disso, há atualmente um número insuficiente de servidores técnicos que atenda a demanda de serviços de alta complexidade requerida na nova logística de funcionamento dos biotérios. Tal logística exige, inclusive presença de mão de obra disponível em período integral (24 h), incluindo finais de semana, já que o constante monitoramento dos equipamentos para a manutenção dos animais é necessário.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
BIOTERIO CENTRAL	Pedro Valadão Carelli

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

7.1. Para execução dos serviços mencionados a empresa deverá possuir obrigatoriamente as qualificações técnicas mínimas necessárias a seguir:

- A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias, inscrições nos Conselhos Regionais e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.
- Inscrição no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);
- Contratos públicos ou privados que comprovem sua capacidade técnica em gestão de biotérios que incluem fornecimento de insumos e manutenção de equipamentos;
- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca HITACHI;

- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca TROX;
- Engenheiro Mecânico responsável pelo PMOC com acervo no CREA;
- Gestor Técnico de biotério (Médico Veterinário, Biólogo ou Zootecnista) com especialização e experiência comprovada em serviços de biotério de pelo menos 5 anos.

7.2. Assim como demais requisitos a serem elencados no Termo de Referência.

8. Levantamento de Mercado

8.1. A fim de encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Administração, buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, levando em conta os aspectos específicos do serviço, da eficácia, da eficiência e da economicidade.

8.2. Encontrou-se poucas contratações dedicadas ao serviço específico de cuidados de animais em experimentação.

8.3. À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar (pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento técnico-administrativo do biotério central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção é viável, satisfaz os requisitos definidos e atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. A descrição como um todo abrange a contratação de pessoa jurídica especializada no gerenciamento Técnico-administrativo do Biotério Central da UFPE, com produção e entrega de animais experimentais (ratos e camundongos), de acordo com a demanda da contratante, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos (animais spf – livres de agentes patogênicos específicos) com fornecimento de insumos e manutenção.

9.2. O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2.000 e Lei 14.133 de 2021 cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

9.3. Não foram encontradas Convenções Coletivas de Trabalho - CCTs referentes aos cargos mencionados no objeto desta licitação na base territorial da contratante.

9.4. Recomenda-se a licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para consolidação da demanda, observou-se a real necessidade do Órgão da Administração que demanda o apoio nas atividades administrativas, alinhada a disponibilidade orçamentária da UFPE.

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

Será de responsabilidade da empresa contratada a guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como o local onde funcionará o biotério central.

a) *Gerenciamento técnico-administrativo do Biotério: implantação de toda a logística de funcionamento do biotério que possa garantir a produção e manutenção do plantel, a gestão dos trabalhos de rotina, controle de utilização dos insumos, controle da qualidade genética e sanitária dos animais, controle dos ambientes e equipamentos. A logística de funcionamento do biotério deverá ser compatível com aquelas empregadas por biotérios do tipo SPF e dotados de certificação internacional.*

b) *Estabelecimento do plantel de animais: implantação do plantel de animais. Para isso, as matrizes reprodutoras de animais livres de agentes patogênicos específicos (specific pathogen free – SPF) serão adquiridas pela contratada, de acordo com as especificações definidas pela direção do biotério no que se refere às raças e linhagens de animais descritas abaixo:*

Rato (Rattus norvegicus) – Wistar

Rato (Rattus norvegicus) – Spontaneously Hypertensive (SHR)

Rato (Rattus norvegicus) – Wistar Kyoto (WKY)

Camundongo (Mus musculus) – Swiss Webster

Camundongo (Mus musculus) – BALB/c

Camundongo (Mus musculus) – C57BL/6

As matrizes adquiridas deverão ser mantidas separadamente, inspecionadas por pessoal qualificado e, quando necessário, submetidas à quarentena. A condição clínica dos animais deve ser avaliada, e se necessário um tratamento deve ser iniciado, sob supervisão do responsável técnico. Os animais devem ser aclimatados às novas instalações e à equipe antes de seu uso em um projeto ou protocolo. Animais que não se adaptarem satisfatoriamente não deverão ser utilizados.

O dimensionamento do plantel de animais para o desenvolvimento das colônias de animais experimentais do tipo SPF bem como de linhagens específicas, será realizado pela empresa contratada de acordo com as diretrizes do gestor do biotério.

c) *Implantação das rotinas de acasalamento dos animais: implantação das rotinas de acasalamento dos animais (heterogênicos e isogênicos) a fim de que o padrão genético das linhagens seja mantido. Também o reconhecimento dos neonatos, bem como, seu peso ideal de nascimento, realizando a seleção dos melhores grupos levando em consideração a demanda por sexo (macho ou fêmea). Todos os registros que possam ser úteis a um possível rastreamento do pedigree do animal também deverão ser realizados.*

d) *Implantação de procedimentos para a nutrição dos animais: implantação das rotinas de alimentação dos animais que envolve:*

- Fornecimento dos animais

As matrizes serão adquiridas de acordo com a demanda da contratante no primeiro ano do contrato, ficando para os anos subsequentes apenas o fornecimento de insumos e manutenção.

- Fornecimento de ração

As rações a serem fornecidas aos animais (ratos e camundongos) devem ser peletizadas e adquiridas já esterilizadas pela empresa fabricante ou ração altamente nutritiva para esterilização no local. O procedimento de esterilização deverá envolver o uso de irradiação com raios gama na dosagem 10 kgy comprovado através de laudo fornecido pelo fabricante. Detalhes em relação à embalagem das rações também devem ser levados em consideração ao se adquirir as rações uma vez que podem influenciar negativamente na qualidade do material durante o processo de armazenamento.

A qualidade nutricional da ração também é outro parâmetro importante a ser verificado. Assim, a ração a ser adquirida deverá apresentar uma composição nutricional que seja capaz de atender as necessidades dietéticas dos ratos e camundongos, principalmente no que diz respeito às quantidades de proteína e vitaminas. Periodicamente,

a empresa contratada deverá atestar a qualidade nutricional e microbiológica das rações através da realização de ensaios de determinação da composição centesimal e composição mineral e ensaios microbiológicos. O prazo de validade das rações também deve ser rigorosamente avaliado antes do fornecimento aos animais.

Os procedimentos necessários para eventuais suplementações de dietas com vitaminas ou outros suplementos deverão ser realizados mediante a autorização do Gestor Técnico do Biotério responsável, bem como o abastecimento dos recipientes de criação de animais com as rações apropriadas e na quantidade adequada.

- Armazenamento das rações

As rações deverão ser acondicionadas sem que haja um contato direto com o chão e em locais apropriados com temperatura, luminosidade e umidades controladas a fim de evitar a proliferação de organismos que possam contaminar e/ou levar a perda da qualidade nutricional das mesmas. Procedimentos para evitar a presença de ratos selvagens e insetos no local de armazenagem das rações deverão ser de responsabilidade da empresa contratada.

A empresa contratada deverá realizar a aquisição racional, tanto de ração como de maravalha, a fim de que não haja acúmulo desses materiais nas instalações dos biotérios além da necessidade e capacidade de armazenagem. Isto para evitar a proliferação de microrganismos (mofos decorrentes de leveduras) que possam prejudicar a saúde dos animais. Para isso, a quantidade de ração e maravalha adquirida deve ser suficiente para o consumo mensal dos animais.

- Hidratação dos animais

É necessária a hidratação dos animais através do fornecimento ad libitum e sempre observando as necessidades dos animais as quais variam em virtude da dieta (ração), condições ambientais e espécie animal. A água oferecida aos animais deve ter os mesmos padrões de qualidade de água potável para humanos, porém necessita de tratamento antes de ser oferecida, visando impedir a veiculação de agentes e substâncias nocivas que podem comprometer a qualidade sanitária das colônias.

Os processos de tratamento da água mencionados no parágrafo anterior podem ser:

PROCESSOS QUÍMICOS – acidificação através da adição de uma parte de HCl (36,5% a 38%) para três partes de água, resultando em o pH 2,5 a 3,2 a fim de evitar o crescimento de *Pseudomonas spp*;

PROCESSOS FÍSICOS – filtração e esterilização por autoclavação. Toda a água a ser ministrada aos animais deverá ser esterilizada a fim de eliminar a proliferação de bactérias, fungos, vírus, protozoários etc. Assim, procedimentos de esterilização mediante o uso de autoclaves deverão ser realizados bem como a esterilização dos bebedouros.

A frequência da substituição da água dos bebedouros reduz o desenvolvimento de microrganismos. Desse modo, quanto menor for o espaço de tempo da sua substituição, menor será o risco de ocorrer doenças nas criações.

e) Implantação de procedimentos para a manutenção do padrão sanitário dos animais: deverão ser garantidos os procedimentos que visem o pleno funcionamento das barreiras sanitárias indispensáveis a biotérios do tipo SPF. Tais procedimentos envolvem a(o):

- Rotina dos funcionários ao adentrar no biotério

Os funcionários, ao terem acesso às áreas limpas dos biotérios, deverão passar por procedimentos de higiene (duchas) e trocar a roupa de rua por um uniforme apropriado (macacão especial) em vestiários. Além disso, é obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) tais como luvas, máscaras, gorros, propés, óculos etc.

- Esterilização de paredes, chãos e teto

Deverá ser realizado o procedimento de limpeza e desinfecção das paredes, chãos e tetos dos biotérios utilizando produtos químicos específicos tais como amônia quaternária, hipoclorito de sódio ou qualquer outro produto que seja capaz de evitar a proliferação de microrganismos patogênicos na área destinada à criação dos animais e corredores limpos. Logo abaixo as definições de limpeza e desinfecção.

Limpeza: Remoção das sujidades através do uso de detergentes.

Desinfecção: Lavagem através de produtos químicos para eliminar microrganismos patogênicos indesejáveis.

Testes microbiológicos (bacteriologia e micologia) deverão ser adotados em todo o meio ambiente, envolvendo as salas (parede, teto, piso, ar filtrado, estante, mesa de serviço, luminárias, maçanetas etc.), salas de estoque de material limpo, equipamentos e insumos. O material é coletado através de swabs e/ou placas com meios de cultura e são cultivados até a obtenção do diagnóstico final. De acordo com o CONCEA, a frequência desses testes para ambientes SPF deverá ser de 15 (quinze) dias.

- Limpeza das gaiolas de animais

Deverão ser garantidos os procedimentos de limpeza e esterilização das gaiolas onde estarão alocados os animais, estabelecendo a rotina de retirada de maravalhas impregnadas de fezes, urina, secreções, restos de ração das gaiolas, de bandejas ou outros recipientes para a criação de animais. Logo abaixo a definição de esterilização:

Esterilização: Significa promover a completa eliminação de todas as formas de microrganismos poluentes (vírus, bactérias, fungos, esporos e protozoários) para um aceitável nível de biossegurança. A esterilização só pode ser realizada após os processos de lavagem e desinfecção das gaiolas, bebedouros, grades entre outros. A esterilização ocorre na autoclave de dupla porta através de calor úmido a 121° C durante 20 minutos.

– Esterilização de materiais

Deverão ser executados os procedimentos de lavagem e esterilização das gaiolas, tanques, vidros, bandejas, bebedouros, ração, maravalha ou qualquer outro material necessário para a criação de animais, como também todas as iniciativas necessárias ao pleno funcionamento e operacionalização das autoclaves existentes nos biotérios.

– Cama dos animais

Os animais deverão ser acomodados em gaiolas em que o piso é coberto por uma camada de maravalha (raspa de madeira picada). Outros materiais poderão ser utilizados desde que não comprometam a saúde dos animais. O material utilizado para a ‘cama’ tem por finalidade absorver a urina dos animais e a água derramada no interior da gaiola, mantendo seu fundo sempre seco, bem como servir de isolante térmico para reduzir a condução de calor do corpo dos animais através do fundo da gaiola.

O material utilizado para ‘cama’ dos animais deve possuir as seguintes características:

- ser inócuo, isto é, não ter sido tratado com substâncias tóxicas;*
- não ser oriundo de madeiras resinosas;*
- ter alto poder de absorção;*
- permitir o isolamento térmico – as propriedades isolantes diminuem com o aumento da umidade;*
- ser confortável para proporcionar sensação de bem-estar;*
- ser desprovido de cheiro;*
- ser facilmente descartável – é vantajoso que o material possa ser incinerado, pois a ‘cama’ poderá estar contaminada (química ou biologicamente);*
- ser facilmente transportado, manuseado e estocado (embalagens adequadas a estes fins).*

A 'cama', por estar em contato íntimo com os animais, fazendo parte do seu microambiente, deve ser tratada, evitando-se assim o aparecimento de doenças nas colônias. Seu tratamento consiste na autoclavação, 121 °C durante 30 minutos, em embalagens que permitam a penetração do vapor até a camada central.

f) Realização de testes laboratoriais que atestem o padrão genético e sanitário dos animais: realização de todos os ensaios bioquímicos, microbiológicos, virológicos, parasitológicos e de biologia molecular que atestem a qualidade genética e sanitária dos animais. As estratégias de amostragem também deverão ser realizadas a fim de que as análises sejam representativas e confiáveis. Os laudos que comprovem a qualidade sanitária e genética dos animais deverão ser apresentados à direção dos biotérios a cada 6 (seis) meses.

Todo o controle da saúde e bem-estar animal deverá ser realizado dentro dos preceitos éticos regidos pelo CONCEA, SBCAL, SBPC e FESBe, suportado, quando necessário, pelos serviços do Gestor Técnico do Biotério.

MÃO DE OBRA:

ATRIBUIÇÕES

CARGO: GESTOR TÉCNICO

- Implantação de toda a logística de funcionamento dos biotérios de modo a atender os procedimentos preconizados para biotérios SPF; Supervisão/coordenação de todas as atividades desenvolvidas pelos funcionários do biotério;
- Controlar a frequência de funcionários e elaborar relatórios de atividades;
- Elaboração de todos os procedimentos necessários para a certificação internacional do biotério;
- Implantação do sistema de monitoramento à distância com chamada de emergência em caso de pane (via SMS);
- Implantação do PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos) para o tratamento dos rejeitos e carcaças antes de sua eliminação para incineração e padronização dos procedimentos técnicos das áreas dos biotérios;
- Treinamento dos servidores da UFPE alocados no biotério Central;
- Viabilização da compra de insumos e demais materiais necessários ao pleno funcionamento dos biotérios;
- Controle do estoque de insumos recebidos pelo setor;
- Atender solicitações diversas de tarefas nos biotérios.

CARGO: TÉCNICO EM BIOTERISMO

- Conter manualmente os animais para a troca de caixas durante os procedimentos de limpeza;
- Zelar pelo cuidado e bem-estar dos animais. Observar qualquer alteração no aspecto do animal ou seu comportamento e comunicar imediatamente a Comissão Veterinária e o Coordenador do biotério;
- Fiscalizar todas as tarefas realizadas pelos auxiliares de biotério;
- Fiscalizar a utilização correta do EPI pelos auxiliares de biotérios;
- Executar rotinas de higiene pessoal e portar vestimenta higienizada (equipamentos de proteção individual e coletiva) com a finalidade de proteger os animais de infecções por microrganismos e proteger a si próprio de possíveis zoonoses;
- Retirar das gaiolas as carcaças de animais mortos, ensacá-las e congelá-las para descarte apropriado. Comunicando o óbito a Comissão Veterinária e ao Coordenador do Biotério;
- Controle de entrada e saída de animais do biotério;

- *Auxílio na manutenção de planilha atualizada com todos dados do biotério;*
- *Preparo de relatórios;*
- *Solicitação e acompanhamento do reparo e manutenção de equipamentos e serviços;*
- *Suporte na execução de atividades relacionadas à estocagem e/ou expedição de animais;*
- *Suporte na coleta e transportes em contêineres dos dejetos dos animais;*
- *Realização do acasalamento de animais de laboratório;*
- *Realização do desmame de animais de laboratório;*
- *Preparo de soluções destinadas à desinfecção ambiental;*
- *Controle e registro do número de animais vivos em cada gaiola;*
- *Controle e registro de entrada e saída de pessoas, equipamentos e animais;*
- *Realizar eutanásia em animais de descarte, sob orientação do Gestor Técnico do Biotério ou do coordenador do biotério e acondicionar as carcaças materiais biológicos em sacos apropriados para o mesmo;*
- *Serviços diversos como distribuição de medicamento, sexagem dos animais, distribuição dos animais, etiquetagem dos recipientes de acordo com os nascimentos, desmame, e triagem buscando animais doentes, e outros tipos de triagem, separações e etiquetagens que se façam necessárias;*
- *Serviços de monitorização diários (3 vezes ao dia) de estufas, temperatura das salas, e de outros equipamentos e condições que se façam necessários para o bom funcionamento do biotério;*
- *Abastecimento dos biotérios com materiais de consumo diversos como ração, medicamentos, maravalha, etc, necessários ao funcionamento dos Biotérios;*
- *Comunicar necessidade de reparos e manutenção.*

CARGO: AUXILIAR DE BIOTERISMO

- *Limpeza com retirada de fezes e urina, restos de alimentos das caixas, gaiolas, tanques, vidros, bandejas, ou outros recipientes, sempre que necessário, para a criação adequada do animal;*
- *Acondicionamento adequado de dejetos dos animais em sacos plásticos apropriados para materiais infectantes/animais, sempre que necessário;*
- *Serviços de autoclavação dos recipientes de criação de animais, rações, maravalha e outros produtos necessários aos cuidados dos mesmos, em autoclaves em funcionamento dos próprios biotérios. Na ausência de autoclaves, realizar a esterilização química dos materiais;*
- *Suporte na execução de atividades relacionadas ao manejo animal;*
- *Higienizar salas e ambientes de criação e manutenção de animais, incluindo chão, paredes, tetos, estantes, racks, tanques e demais equipamentos;*
- *Executar rotinas de higiene pessoal e portar vestimenta higienizada (equipamentos de proteção individual e coletiva) com a finalidade de proteger os animais de infecções por microrganismos e proteger a si próprio de possíveis zoonoses;*
- *Abastecer os recipientes de criação de animais com rações adequadas, água, e outros materiais, como por exemplo, maravalha, sempre que necessário para a criação adequada do animal; peneirar a ração e maravalhas para a retirada do pó;*

- Armazenar materiais e carcaças devidamente acondicionados;
- Submeter-se a exames de saúde;
- Utilizar produtos específicos para assepsia e desinfecção no trato com animais;
- Operar máquinas e equipamentos necessários à execução das tarefas acima descritas;
- Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais.

INFORMAÇÕES GERAIS DE MÃO DE OBRA:

CARGO	CBO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	HORÁRIO DE TRABALHO
GESTOR Técnico do Biotério	2211-05	1	Part-Time
TÉCNICO DE BIOTERISMO	3201-05	1	Segunda a sexta de 08:00 as 18:00 Sábado 08:00 as 12:00
AUXILIAR DE BIOTERISMO	5193-05	4	Segunda a sexta de 08:00 as 18:00 Sábado 08:00 as 12:00

Gestor Técnico do Biotério (Médico Veterinário, Biólogo ou Zootecnista) - É necessário um (01) profissional com expertise em gerenciamento técnico e administrativo de biotérios do tipo SPF (*Specific Pathogen Free*) tendo em vista a complexidade das rotinas de trabalho impostas por biotérios dessa natureza e a inexistência na UFPE de profissional com essa habilitação. Vale ressaltar, que como parte do gerenciamento dos biotérios está previsto o treinamento dos servidores da UFPE além da implantação das rotinas necessárias para a certificação internacional do biotério Central

Técnico em Bioterismo – Este profissional deve apresentar experiência na manipulação/manuseio de animais de laboratório (ratos e camundongos). Tendo em vista que a produção de animais no biotério Central será para atender todos os Biotérios da UFPE (11 Biotérios, atualmente), além de demandas externas, faz-se necessário maior número de recursos humanos para os serviços de alimentação, troca de maravalha (cama dos animais) etc. O Biotério Central já possui três (03) servidores da UFPE com essa função. Solicita-se, portanto, que o quadro de funcionários seja acrescido de apenas mais um (01) técnico em bioterismo.

Auxiliar de Bioterismo – Esses profissionais serão responsáveis por diversas atividades no biotério, principalmente no que se refere à higienização de gaiolas, bebedouros, pisos, paredes e demais dependências do biotérios Tendo em vista o aumento na produção de animais no Biotério Central, será preciso um maior número dos profissionais dedicados a essas funções. Assim, estima-se que o Biotério Central, responsável pela criação de animais SPF necessitará de cerca de 4 (quatro) auxiliares de bioterismo, uma vez que não existem na UFPE profissionais desta categoria.

Obs.: A empresa contratada realizará perícia, a ser feita por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho, para fins de atestar o grau de insalubridade dos seus funcionários que prestam serviços nas dependências da contratante.

QUANTITATIVO MENSAL - INSUMOS			
ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO

1	35	Sacos de 20 Kg	<p>Ração para roedores peletizada autoclavável: Contendo no mínimo 18% de proteína bruta, ausência total de alfafa, proteína animal e farinha de peixe, complementada com vitaminas para adequar concentrações aceitáveis após autoclavação. Produto desenvolvido para gestação, crescimento, manutenção e lactação de roedores.</p> <p>Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 20 Kg cada.</p> <p>Acompanha certificado de qualidade. Apresentação de validade superior a 3 meses.</p> <p>Composição: 18,6% de Proteína Bruta, 6,2% de gorduras (extrato etéreo), 44,2% de carboidratos (disponível), 3,5% de fibra bruta, 14,7% de fibra insolúvel, 3,1 Kcal/g de densidade energética, sendo 24% das calorias de proteínas, 18% de calorias de gorduras e 58% de calorias de carboidratos.</p> <p>Valor Nutricional: Minerais: 1% de Cálcio, 0,7% de fósforo, 0,2% de Sódio, 0,6% de Potássio, 0,4% de cloretos, 0,2% de Magnésio, 70mg/Kg de Zinco, 100mg/Kg de Manganês, 15 mg/Kg de cobre, 6 mg /Kg de Iodo, 200 mg/Kg de ferro, 0,23mg/Kg de Selênio. Aminoácidos: 1,4% de ácido Aspártico, 3,4% de ácido Glutâmico, 1,1% de Alanina, 0,8% de Glicina, 0,7% de Treonina, 1,6% de Prolina, 1,1% de Serina, 1,8% de Leucina, 0,8% de Isoleucina, 0,9% de Valina, 1% de Fenilalanina, 0,6% de tirosina, 0,6% de metionina, 0,3% de cistina, 1,1% de Lisina, 0,4% de Histidina, 1% de arginina e 0,2% de triptofano. Vitaminas: 30IU/g de Vitamina A, 2IU/g de Vitamina D 3 , 135IU/kg de vitamina E, 100 mg /kg de Vitamina K 3 , 117 mg/kg de vitamina B 1 , 27mg/kg de Vitamina B 2 , 115 mg/kg de niacina, 26 mg/kg de Vitamina B 6 , 140 mg/kg de Ácido Pantoténico, 0,15 mg/kg de Vitamina B 12 , 0,9 mg /kg de biotina, 9 mg/kg de folato, 1200 mg/kg de colina. Ácidos Graxos: 0,9% de Gorduras saturadas, 1,3% de gorduras monoinsaturadas, 3,4% de gorduras poli-insaturadas, 0% de Colesterol.</p>
2	50	Sacos de 5 Kg	<p>Cama para roedores fabricada de pinus composta de aparas de pinus aplainado, seco em estufa, triplamente filtrado e aspirado em tela para remover a serragem. Apresenta característica consistente, seca, limpa e macia, livre de pó. Adequado para cama de roedores de laboratório. Com certificado de qualidade que demonstre ausência de contaminantes como pesticidas, metais pesados, leveduras e bolores. Apresentação em embalagem autoclavável de duplo Kraft contendo 5 Kg. Apresentação de validade superior a 3 meses</p>
3	60	Sacos de 60L	<p>Saco para Autoclave 60 Litros. Dimensões 60cmX80cm. Pacote com 20 unidades feito em PEAD (Polietileno de alta densidade). Fabricados com solda nas laterais do saco para maior segurança na utilização do produto. Espessura 0,08 micras. Uso exclusivo para autoclavação/descontaminação.</p>
4	3	Pacote com 100 unidades	<p>Saco Para Lixo Infectante 200 L. Med. 93cm X 103cm . Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.</p>
5	3	Pacote com 100 unidades	<p>Saco Para Lixo Infectante 50 L. Med. 63cm x 80cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.</p>
6	1	Pacote com 100 unidades	<p>Saco Para Lixo Infectante 15 L. Med. 39 cm x 58 cm. Branco leitoso constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem. Para acondicionamento de resíduos infectantes não perfuro cortantes. Atende as normas de higiene e segurança da ANVISA e ABNT. Solda de fundo tipo Estrela, quatro vezes mais resistente. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500.</p>
7	6	UNIDADE	<p>Coletor de Material Perfurocortante 13L. Capacidade útil 10L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a</p>

			Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA.
8	2	UNIDADE	Coletor de Material Perfurocortante 3L. Capacidade útil 2,3L. Constituído de Sacola plástica amarela; Fundo rígido; Cinta lateral; Bandeja interna; Coletor em papelão amarelo com trava de segurança. Desenvolvido para descartar materiais que cortam ou perfuram, provenientes das ações de atenção a Saúde, gerados em hospitais, laboratórios, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, com carga potencialmente infectante. Produzido de acordo com o NBR 13853. Produto com Registro na ANVISA.
9	15	PCT. 100 PARES	Sapatilha Pro-Pé, branca fabricada em 100% polipropileno. Atóxico, Elevada inércia química; Não estéril, hipoalérgica, não inflamável e esterilizável (por óxido de etileno); Não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc...) e apresenta impermeabilidade de 80%. Aprovado pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses
10	15	PACOTE COM 100 UNID	Touca com Elástico Descartável, Sanfonada, Ajustável para qualquer tamanho de cabeça, Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização, Solda por ultrassom, Cor branca, apresentação de validade superior a 24 meses. Processo de fabricação totalmente automatizado. Aprovado pelo Ministério da Saúde
11	20	Caixa com 50 UNID	Máscara cirúrgica branca descartável com elástico. Tripla camada com filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%. Atóxica, hipoalergênica. Não estéril, não inflamável, sem látex, isenta de fibra de vidro. Tiras super resistentes de 40 cm de comprimento, Clips nasal de 14 cm de comprimento, soldada por ultrassom. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Apresentação de validade superior a 24 meses.
12	10	Caixa com 100 unidades	Luva de Procedimento Não estéril, descartável, ambidestra, composta de Látex natural, levemente talcada com pó absorvível. Aprovada pelo Ministério da Saúde. Atende as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). Certificado pelo INMETRO. Apresentação de Validade superior a 24 meses. Tamanhos: PP, P, M, G.
13	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação.
14	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação.
15	100	Embalagem contendo um par	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.0, em látex natural, formato anatômico, estéril, atóxica, isenta de resíduos e impurezas, homogênea e resistente, com lubrificação bioabsorvível, hipoalergênica. Embalagem unitária, interna e externa conforme NBR 13391 da ABNT, com bainha reforçada, e indicação de mão direita e esquerda, proporcionando abertura fácil, asséptica e segura, de fácil calçamento, com selagem que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização. Deve conter procedência, tipo e data de esterilização, validade, nº do lote, e data de fabricação

16	60	LITRO	Hipoclorito de sódio concentrado (mínimo 12%)
17	2	GALÃO 5 L	Desinfetante de uso veterinário à base de cloreto de alquil dimetil benzil amônio (Amônia quaternária) concentrado. Com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
18	1	GALÃO 5 L	Detergente neutro à base de glicerina contendo tensoativo biodegradável. Dermatologicamente testado. Apresentar no rótulo o número de registro na ANVISA como produto Saneante Notificado. Com lote e fabricação impressos diretamente na embalagem.
19	4	Pacote de 5 quilos	Lava roupas em pó. Composição: Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Alquil Dimetil Hidroxietil Cloreto de Amônio, Alquil Polietileno Glicol, Coadjuvantes, Branqueadores Óticos, Agentes Anti-Redepositantes, Corantes, Enzimas, Fragrâncias e Carga. Com tecnologia de microesferas, o que permite a remoção de manchas profundas, além de cuidar das fibras das peças, prevenindo, assim, o desgaste delas.
20	10	ROLO	Fita adesiva para autoclave. Embalagem com 1 rolo de 19mmX30m. Fabricada em papel crepe à base de fibra de celulose, com tinta termorreativa, estireno, butadieno, resinas acrílicas e adesivo à base de borracha (látex) natural e resina. Apresenta-se bege com listras amarelas diagonais antes da esterilização, após a esterilização em autoclave as listras se tornam marrom itenso. Adesivo eficiente que não mancha o pano, descolando-se sem rasgar.
21	5	LITROS	Sabonete líquido (sem perfume ou odor), com glicerina de baixa irritação dérmica, com triclorocarbamida 1.5%, triclosan 0.5%, antioxidantes, corante, dióxido de titânio, emoliente.
22	4	UNIDADE	Cartucho para Impressora jato de tinta
23	2	UNIDADE	Tonner para impressora laser
24	5	UNIDADE	Luva de borracha para limpeza confeccionada de borracha natural, anatômica, na cor amarela, com superfície externa antiderrapante (na palma), proteção das mãos do usuário contra agentes químicos (detergentes, sabões, amoníaco e similares) tamanhos a definir.
25	5	UNIDADE	Óculos de proteção com visor em policarbonato incolor, anti-risco, resistente á impacto de partículas, respingo e borrfios de produtos químicos, ser antiembaçante, possuindo proteção lateral, haste com tamanhos reguláveis, articuladas, confeccionadas em policarbonato ou similar, o arco deve ser do mesmo material da haste permitindo a sobreposição de óculos corretivos, deve acompanhar cordão para descanso.
26	5	UNIDADE	Conjunto de roupa para uso em sala limpa, contendo macacão confeccionado em 100% poliéster, autoclavável, não propagador de chamas, mangas raglan, com punho em poliéster, gola tipo militar com botão de pressão para ajuste, zíper embutido, botão de pressão para fixação das botas, costura especial, em conformidade com a norma IEST-RP-CC003. 3, produto deve vir acompanhado de capuz e um par de calçados com a mesma especificação.
27	10	UNIDADE	Protetor auditivo tipo plug de inserção constituído por três flanges em copolimero atóxico e cordão para introdução no canal auditivo antialérgico fornecido em caixa plástica individual para garantia de higienização
28	20	FRASCO DE 1 LITRO	Álcool 70°INPM 1Litro. Desinfetante Hospitalar para superfícies fixas. Composto de álcool etílico e água deionizada. Certificado pelo INMETRO e com Registro no Ministério da Saúde

29	5	FRASCO DE 440 GRAMAS	Gel antisséptico higienizador de mãos à base de Álcool etílico 70°INPM. Frasco com 440g Certificado pelo INMETRO. Dermatologicamente testado e com bico dosador. Eficiência de 99,99% testado em pelo menos três espécies de bactérias.
30	5	CAIXA COM 10 UNIDADES	Indicador Biológico para autoclaves para leitura em 24 horas em frasco termoplástico com filtro hidrofóbico na tampa e etiqueta termossensível, contendo tira ou disco de papel impregnado com esporos de <i>Geobacillus stearothermophilus</i> e ampola selada com meio de cultura.
31	50	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.
32	50	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA 25 X 7. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta
33	100	UNIDADE	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45. Cilindro altamente transparente permite a visualização nítida do fluido aspirado apresenta anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo. Pistão confeccionado em TPE, atóxico "látex free" em atenção às normas FDA. Escala de graduação - apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis. As seringas são embaladas em invólucro apropriado, garantindo integridade e esterilidade ao produto durante armazenamento e até o momento do uso. Esterilizadas a óxido de etileno - e submetidas a todos os ensaios físico-químicos e microbiológicos de acordo com as normas NBR e Farmacopeia. Esterilização válida por cinco anos, a partir da data de fabricação, com a embalagem intacta.
34	1	ROLO 10 METROS	Pano de limpeza estéril para assepsia em sala limpa
35	1	CAIXA	Lâmina de bisturi número 22
36	3	FRASCO DE 10 ML	Cloridrato de quetamina 10mg de solução injetável (Uso veterinário)
37	3	FRASCO DE 10 ML	Cloridrato de xilazina 20mg solução injetável (Uso veterinário)
38	300	UNIDADE	Ficha de Identificação para animais de laboratório confeccionada em papel cartão tamanho 12 x 7,5cm

Quanto às quantidades acima apresentadas, informa-se que não há histórico de consumo anterior, nos mesmos moldes aqui propostos, assim, realizou-se as estimativas com base na quantidade de servidores/funcionários e animais que serão alocados /produzidos no Biotério Central.

PREVISÃO PARA PRODUÇÃO DE ANIMAIS:

Contratação de empresa para manter até 1.000 (mil) animais concomitantes e/ou realizar a produção de até 20.000 (vinte mil) animais entre camundongos e ratos durante o primeiro ano. Mantendo todos os serviços do Biotério Central essencial para atender os padrões internacionais.

O ano seguinte deverá aumentar a produção para até 50.000 (cinquenta mil) animais entre camundongos e ratos.

QUANTIDADE DE MATRIZES E ESPÉCIES A SEREM ADQUIRIDAS

ITEM	ESPECIE ANIMAL	LINHAGEM	QUANTIDADE DE CASAIS
1	Rattus norvegicus (RATO)	WISTAR	40
2	Rattus norvegicus (RATO)	SHR	20
3	Rattus norvegicus (RATO)	WISTAR KYOTO (WKY)	20
4	Mus musculus (CAMUNDONGO)	SWISS WEBSTER	40
5	Mus musculus (CAMUNDONGO)	BALB/c	20
6	Mus musculus (CAMUNDONGO)	C57BL/6	20

ATIVIDADES DE IMPLANTAÇÃO A SEREM REALIZADAS DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO

- Elaboração de um plano de ação e sua implantação para todos os procedimentos necessários para a certificação internacional do biotério;
- Implantação e gerenciamento do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), implantação do sistema de monitoramento à distância com chamada de emergência em caso de pane (via SMS);
- Implantação e gerenciamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR) para o tratamento dos rejeitos e carcaças gerados no Biotério Central antes de sua eliminação para incineração e padronização dos procedimentos técnicos das áreas do biotério;
- Desenvolver a colônia de manutenção e estoque de animais, respeitando os tipos de acasalamentos heterogênicos e isogênicos. A qualidade genética dos animais deve ser controlada e auditada conforme descrito nos procedimentos padrões de qualidade;
- Promoção do controle sanitário dos animais, respeitando os padrões SPF registrados e controlados através dos equipamentos da Tecniplast e os controles microbiológico, parasitológico e virológico dos animais, periodicamente, conforme descrito nos procedimentos padrões de qualidade nos laboratórios disponibilizados pela UFPE.
- Gerenciamento do PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle) e do sistema de monitoramento à distância com chamada de emergência em caso de pane (via SMS);
- Gerenciamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR) para o tratamento dos rejeitos e carcaças gerados no Biotério antes de sua eliminação para incineração e padronização dos procedimentos técnicos das áreas do biotério;

- Gerenciamento da colônia de manutenção e estoque de animais, respeitando os tipos de acasalamentos heterogênicos e isogênicos. A qualidade genética dos animais deve ser controlada e auditada conforme descrito nos procedimentos padrões de qualidade;
- Gerenciamento dos procedimentos para manutenção da certificação internacional

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

LISTA DE EQUIPAMENTOS

Fancoil				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
2	FC-2	ICH - 2E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
3	FC-3	ICH - 9E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
4	FC-4	ICH - 17,5E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
5	FC-5	ICH - 10E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
6	FC-6	ICH - 7,5E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
7.4	FC-7.4	ICH - 3E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX
7.6	FC-7.6	ICH - 3E	Fan&Coil incl. válv. PDI	TROX

Exaustores				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1	EX-1	RSS 500	Exaustores	OTAM
2	EX-2	RSS 180	Exaustores	OTAM
3	EX-3	RSS 180	Exaustores	OTAM
5	EX-5	RSS 280	Exaustores	OTAM
6	EX-6	RSS 180	Exaustores	OTAM
7	EX-7 a	RSS 500	Exaustores	OTAM

7	EX-7 b	RSS 500	Exaustores	OTAM
8	EX-8	RSS 180	Exaustores	OTAM
9	EX-9	RSS 355	Exaustores	OTAM
Geral	EX-10	AFR/AC 500	Exaustores	OTAM

Caixa de ventilação				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1	CV-1	GVS 1515	Caixa de ventilação	OTAM
9	CV-9	GVS 09/09	Caixa de ventilação	OTAM
TAE	CV-TAE	AFR/AL-800	Caixa de ventilação	OTAM

Chiller				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1	CH - 1	RCU 75 IAS	CHILLER IAS	HITACHI

Bomba de água				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1	BAG - 1	KSB 40/125	Bomba de água	KSB
2	BAG - 2	KSB 40/125	Bomba de água	KSB

Unidade Evaporadora				

Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1.8	EV 1.8	42L UCA 12	Evaporadora	Carrier
1.9	EV 1.9	42L UCA 22	Evaporadora	Carrier
1.10	EV 1.10	42L UCA 09	Evaporadora	Carrier
1.11	EV 1.11	42L UCA 09	Evaporadora	Carrier
1.12	EV 1.12	42L UCA 09	Evaporadora	Carrier
1.13	EV 1.13	42L UCA 09	Evaporadora	Carrier

Unidade Condensadora				
Sistemas	TAG	Modelo	Equipamento	Marca
1.8	CD 1.8	38 KCA 12	Condensadora	Carrier
1.9	CD 1.9	38 KCA 22	Condensadora	Carrier
1.10	CD 1.10	38 KCA 09	Condensadora	Carrier
1.11	CD 1.11	38 KCA 09	Condensadora	Carrier
1.12	CD 1.12	38 KCA 09	Condensadora	Carrier
1.13	CD 1.13	38 KCA 09	Condensadora	Carrier
7.4	CD 7.4	38 MSA 180	Condensadora	Carrier
7.6	CD 7.6	38 MSA 090	Condensadora	Carrier

Equipamentos Gerais				
TAG	Modelo	Equipamento	Marca	Quantidade
IN	NDTEC	Inter-travamento portas	Misura	1

DV	N/A	Siliconagem divisórias e forro	N/A	1
AG	N/A	Sistema de tratam. de água gelada	N/A	1
PG	N/A	Painel Geral de Força	Simens	1
PGI	N/A	Painel Geral de Iluminação	Simens	1
PGT	N/A	Painel Geral de Tomadas	Simens	1
LB	9WEF01	Lavadoura de Bebedouros	Tecniplast	1
EB	9F01	Enchedoura de Bebedouros	Tecniplast	1
LM	IWT	Lavadoura de material	Tecniplast	1
AUTO	39209 – 960 litros	Autoclave	Phoenix	2
RACK	2H36MA	Rack Ventilados	Tecniplast	8
RACK	DGR16DD	Rack Ventilados	Tecniplast	5
RACK	HN36FESU	Rack Ventilados	Tecniplast	2
ET	N/A	Estação de troca	Tecniplast	4

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos listados acima, deverão ser feitas de acordo com as prescrições dos fabricantes que mantêm a garantia conforme seus termos específicos para a UFPE ou para seus clientes em geral e obedecem aos planos de manutenção preventiva listados.

Logo abaixo encontra-se a periodicidade das atividades de manutenção preventiva dos equipamentos INTERNOS.

MANUTENÇÃO DOS RACKS VENTILADOS

Quinzenalmente

- Verificar filtros e pré-filtros. Caso haja indicação de troca, substituir filtros e pré-filtros.
- Verificar ruídos emitidos pelos equipamentos de modo que não extrapolem 60 dB.

Semestralmente

- Substituir todos os filtros e pré-filtros, incluindo os filtros absolutos (HEPA) dos equipamentos.

MANUTENÇÃO DAS CABINES BIOLÓGICAS (ESTAÇÕES DE TROCA)

Quinzenalmente

- Verificar filtros e pré-filtros. Caso haja indicação de troca, substituir filtros e pré-filtros.
- Verificar ruídos emitidos pelos equipamentos de modo que não extrapolem 60 dB.

Semestralmente

- Substituir todos os filtros e pré-filtros, incluindo os filtros absolutos (HEPA) dos equipamentos.
- Verificar funcionamento das lâmpadas UV e fluorescentes e, realizar a substituição caso seja necessário.

DISPENSADOR DE MARAVALHA E MÁQUINA DE RASPAR MARAVALHA

Semestralmente

- AUTOCLAVES

Semanalmente

- Verificar o filtro de entrada de ar
- Esvaziar e limpar o gerador de vapor

Mensalmente

- Verificar e lubrificar o selo de vedação da porta.
- Executar teste de estanqueidade

Semestralmente

- Limpar os filtros e retentores.
- Limpar os purgadores e retirar a sujeira depositada no fundo e nas boias.
- Verificar a tubulação da instalação da unidade.
- Vede todas as fugas e substituir qualquer junta com escoamento.
- Verificar os parafusos da ligação elétrica nos cabos de energia, terra e neutro.
- Limpar filtros de admissão na entrada da válvula do flutuador e na entrada da válvula da água de arrefecimento.

Anualmente

- Verificar os sensores de temperatura e pressão ligados ao sistema de controle de modo a avaliar a precisão. O erro de medição da temperatura não deve
- Exceder 0,5 °C e o da pressão não deve exceder ± 8 mbar / ± 0.8 kPa / ± 0.115 psi dentro de um intervalo 0-1 bar(a) / 0-100 kPa(a).
- Verificar e ajustar o nível de água no tanque de alimentação de água de forma que esteja aproximadamente 12 mm abaixo do transbordamento.
- Verificar se a entrada e a água de retorno não provocam bolhas na alimentação de água. A formação de bolhas oxigena a alimentação de água,
- Aumentando a quantidade de gases não condensáveis no vapor produzido.
- Verificar e ajustar a quantidade de água de estanqueidade para a bomba de vácuo e, onde aplicável, a sua proteção contra cavitação.

ASSISTÊNCIA NOS CASOS DE EMERGÊNCIA

A contratada deve disponibilizar serviços de atendimento de chamadas de emergências após horário comercial, aos Sábados, Domingos e Feriados para os casos de necessidades extraordinárias, relativas a qualquer dos serviços /fornecimentos, previstos na contratação. As chamadas deverão ser respondidas no prazo máximo de 02 (duas) horas, sem custos adicionais de despesas de mão de obra.

UNIFORMES

Os uniformes e EPI a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- Conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 6 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 horas, após comunicação escrita da contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Para execução dos serviços mencionados a empresa deverá possuir obrigatoriamente as qualificações técnicas mínimas necessárias a seguir:
- Possuir inscrição no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária) na cidade de origem da empresa;
- Inscrição no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);
- Contratos públicos ou privados que comprovem sua capacidade técnica em gestão de biotérios que incluem fornecimento de insumos e manutenção de equipamentos;
- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca HITACHI;
- Carta de Credenciamento para manutenção dos equipamentos da marca TROX;
- Engenheiro Mecânico responsável pelo PMOC com acervo no CREA;
- Gestor de biotério com especialização e experiência comprovada em serviços de biotério de pelo menos 5 anos.

Assim como demais requisitos a serem elencados no Termo de Referência.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO

Os serviços serão remunerados de forma mensal, tendo em vista as características dos serviços continuados a serem prestados

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE HVAC:

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização – HVAC ("heating, ventilating and air conditioning") deverão ser feitas de acordo com as prescrições dos fabricantes que mantêm a garantia conforme seus termos específicos para a UFPE ou para seus clientes em geral e obedecem aos planos de manutenção preventiva listados no projeto básico da UFPE.

O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC para sistemas de climatização é um planejamento voltado para garantir que a manutenção e operação dos sistemas de ar-condicionado estejam dentro das melhores condições. Isto significa que os equipamentos operarão de acordo com padrões estabelecidos pelos fabricantes e que também atenderão aos parâmetros da Resolução ANVISA RE-09 de 2003, e que seus componentes estarão limpos e adequados para o uso contínuo, preservando desta forma o meio ambiente e diretamente a saúde dos ocupantes dos ambientes atendidos.

Através de atividades de manutenção preventiva, que incluem limpeza, lubrificação, troca programada de peças e verificação do funcionamento dos sistemas, o programa busca reduzir ao máximo as manutenções corretivas e emergenciais, seguindo o planejamento conforme mostrado abaixo:

EQUIPAMENTO		FANCOIL - EVAPORADORA																							
Atividade	Periodicidade	Mês																							
		jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago		set		out		nov		dez	
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza externa dos condicionadores	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Limpeza do painel frontal	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar acoplamento das tampas	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Limpeza dos sistemas de drenagem	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar e lavar filtros de ar	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar sistema de polias e correias (tensões e estado)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar ruídos anormais no sistema	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Lubrificar equipamento (quando necessário)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Medir tensões e correntes das resistências elétricas de aquecimento	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar atuação das válvulas 2 vias	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar válvula Stad	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar o conjunto mecânico de ventilação (condições da paleta)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificação de ruídos/vibrações	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Eliminar fontes de contaminação de ar	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Eliminar qualquer obstrução no retorno do ar e sucção externa	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Trocar filtro manta	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar focos de corrosão	Trimestral	P								P				P						P					
Limpar Fan Coil internamente	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar conjunto de ventiladores	Trimestral	P								P				P						P					
Lavar Serpentina com jato d'água	Trimestral	P								P				P						P					
Trocar filtro de bolsa	Trimestral	P								P				P											
Verificar polias	Semestral	P												P											
Verificar rolamento do motor	Semestral	P												P											
Medir resistências de aquecimento	Semestral	P												P											
Trocar filtro Hepa (conforme saturação *)	Anual*	P																							

EQUIPAMENTO		CONDENSADORAS E CHILLER																							
Atividade	Periodicidade	Mês																							
		jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago		set		out		nov		dez	
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza dos painéis	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificação da pintura	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificação de ruídos/vibrações	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificação pressão de descarga	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar corrente de operação	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar tensões	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar tensão do motor do ventilador	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar corrente do motor do ventilador	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar área da condensadora (pintura, sujeiras, poças)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar vazamentos e apertar	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar plug fusível	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar o superaquecimento	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar o sub-resfriamento	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar bombas e conexões	Trimestral	P								P				P						P					
Inspeccionar de forma geral e reapertar quando necessário	Trimestral	P								P				P						P					
Verificar obstrução dos filtros secundários	Semestral	P												P											
Verificar válvula de expansão	Semestral	P												P											
Limpar e verificar estado das pás da hélice	Semestral	P												P											
Verificar rolamentos dos motores	Semestral	P												P											
Verificar isolamento elétrico	Anual	P																							
Verificar intertravamentos	Anual	P																							

EQUIPAMENTO		MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EXAUSTORES / VENTILADORES																							
Atividade	Periodicidade	Mês																							
		jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago		set		out		nov		dez	
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Limpeza geral	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Eliminar ruídos e vibrações anormais ou programar corretiva	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar fixação e alinhamento das polias e mancais	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar tensão e estado das correias (substituir quando necessário)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar alinhamento e o nível do eixo do ventilador	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar estado da lona flexível (substituir quando necessário).	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Limpar ou substituir filtros de ar	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar mancais e rolamentos (substituindo quando necessário)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Eliminar pontos de oxidação, retocar pintura.	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Registrar tensão e corrente elétrica do motor.	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Efetuar limpeza	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar botoeiras, disjuntores, lâmpadas, fusíveis etc.	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Efetuar reaperto geral em conexões.	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Eliminar mau contato em fiação e barramentos	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar atuação do relê térmico e demais proteções	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar estado das contatoras (substituindo quando necessário).	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P		P	

EQUIPAMENTO		SALA DE MÁQUINAS															
Atividade	Periodicidade	jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago	
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
		P		P		P		P		P		P		P		P	
Limpeza da sala de máquinas	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar itens não pertencentes a sala de máquinas e destiná-los	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar possíveis fontes de contaminação e elimina	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar filtros de entrada de ar	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar se existe corrosão nas estruturas e eliminá-las	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Verificar a conservação de máquinas e equipamentos	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	
Realizar limpeza na área (forro,piso,dutos,paredes)	Mensal	P		P		P		P		P		P		P		P	

EQUIPAMENTO		SISTEMA ELÉTRICO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar se existe lâmpadas defeituosas	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Inspeccionar os quadros elétricos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Solicitar a necessidade de apertar os terminais elétricos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar o aquecimento dos contatos elétricos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar terminais elétricos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar aquecimento e funcionamento do disjuntores	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar sinalizadores dos quadros	Mensal	P		P		P		P		P		P	

EQUIPAMENTO		SISTEMA DE AUTOMAÇÃO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar atuação das válvulas de água	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar CLT do quadro	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar display da CLT para verificação dos transmissores de temperatura e umidade	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Calibrar sensores	Anual		P										
Calibrar as controladoras	Anual		P										
Verificar o funcionamento dos variadores de frequência	Anual		P										
Medir tensão elétrica na alimentação	Anual		P										

EQUIPAMENTO		LABORATÓRIO											
Atividade	Periodicidade	Mês											
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Verificar e eliminar infiltrações	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Eliminar fontes de ruídos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar sistema de portas	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar acionamento dos intertravamentos	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar controles de temperatura e umidade	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Verificar vedação de forro, divisórias e cantos sanitários, caso necessário fazer a correção	Mensal	P		P		P		P		P		P	
Acionar os splits de reserva nas salas de equipamentos	Mensal	P		P		P		P		P		P	

EQUIPAMENTO		REDE DE DUTOS											
Atividade	Periodicidade	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
								P					
Limpeza da rede de ar de insuflamento e retorno, limpeza das tomadas de ar externo, limpeza dos difusores e grelhas	Anual							P					

EQUIPAMENTO		CERTIFICAÇÃO DAS ÁREAS E AJUSTE DAS PRESSÕES																									
Atividade	Periodicidade	Mês																									
		jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago		set		out		nov		dez			
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Certificação das áreas e ajuste das pressões do laboratório	Anual																	P									
Certificação da capela	Anual																	P									

INSUMO DE EQUIPAMENTOS		
PREVISÃO DE INSUMOS EQUIPAMENTOS - ANO		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
Filtros <u>Heppa</u> HVAC610 x 610 x 292	13	UNIDADE
Filtro Tipo bolsa <u>HVAC</u> 690X690	72	UNIDADE
Filtro de Carvão Ativado	4	<u>UNID</u>
Filtros manta G3 <u>HVAC</u> (rolo 50 metros	10	ROLOS
Filtros <u>manta fluxo</u> (rolo 10 metros)	5	METROS
Rolamentos	20	UNIDADE
CORREIAS	40	UNIDADE
INSUMOS, FERRAMENTAS	2	CONJUNTOS

INSUMO DE EQUIPAMENTOS		
PREVISÃO DE INSUMOS EQUIPAMENTOS - ANO		
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
Filtros <u>Heppa</u> HVAC610 x 610 x 292	13	UNIDADE
Filtro Tipo bolsa <u>HVAC</u> 690X690	72	UNIDADE
Filtro de Carvão Ativado	4	<u>UNID</u>
Filtros manta G3 <u>HVAC</u> (rolo 50 metros	10	ROLOS
Filtros <u>manta fluxo</u> (rolo 10 metros)	5	METROS
Rolamentos	20	UNIDADE
CORREIAS	40	UNIDADE
INSUMOS, FERRAMENTAS	2	CONJUNTOS

RAKS		
FILTROS HEPA RACK/PREFILTRO	10	CONJUNTO
FLUXOS/ESTAÇÃO DE TROCA		
FILTRO HEPA	1	CONJUNTO
DIVERSOS		
Resistência 9kw Autoclave	8	UNIDADE
Valvula de Segurança Autoclave 43PSI	8	UNIDADE
Valvula de Segurança Autoclave 50PSI	6	UNIDADE
Filtro Polipropileno 10"	12	UNIDADE
Filtro Carvão ativado, 10"	12	UNIDADE
Membrana de osmose	6	UNIDADE
Valvula EVA Osmose	13	UNIDADE
Filtro Comum	3	UNIDADE
Materiais de consumo diversos: tinta, prime, lixa, etc.	12	CONJUNTO

RAKS		
FILTROS HEPA RACK/PREFILTRO	10	CONJUNTO
FLUXOS/ESTAÇÃO DE TROCA		
FILTRO HEPA	1	CONJUNTO
DIVERSOS		
Resistência 9kw Autoclave	8	UNIDADE
Valvula de Segurança Autoclave 43PSI	8	UNIDADE
Valvula de Segurança Autoclave 50PSI	6	UNIDADE
Filtro Polipropileno 10"	12	UNIDADE
Filtro Carvão ativado, 10"	12	UNIDADE
Membrana de osmose	6	UNIDADE
Valvula EVA Osmose	13	UNIDADE
Filtro Comum	3	UNIDADE
Materiais de consumo diversos: tinta, prime, lixa, etc.	12	CONJUNTO

QUALIFICAÇÕES

- Qualificação das áreas classificadas.
- Qualificação de performance em equipamento do sistema de climatização;
- Qualificação de performance em equipamento CBS e Estação de troca;
- Qualificação autoclave anual.

ESCOPO TÉCNICO DAS QUALIFICAÇÕES

NORMAS E RESOLUÇÕES TÉCNICAS APLICÁVEIS

S.B.C.C. –Recomendações Normativas: 001 a 003/95

ABNT – NBR ISO 14644-1 DE 11/2019

NSF - 49

ASHRAE - Application Handbook for Heating Ventilation and Air-conditioning Engineer SMACNA. DW12 142 & HVAC. Air Duct Leakage Manual. 1 Ed.

AGRICULTURA AND AGRI-FOOD CANADA Containment Standards for Veterinary Facilities, 1996

HEALTH CANADA. Laboratory Biosafety Guidelines, 1996

BRASIL – Ministério da Saúde/FUNASA. Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e Microbiologia, MINISTÉRIO DA SAÚDE – ANVISA – Resolução técnica 301 de 21 de Agosto de 2019.

Recomendações Técnicas - BIOCONTENÇÃO – O Gerenciamento de do Risco de Alta Contenção Bioológica NB3 e NBA3 – de 2015

SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS CLASSIFICADAS CONFORME CRITÉRIOS DESCRITOS SENDO:

- Verificação das condições de instalação de cada componente.
- Verificação de especificações, TAG e posicionamento, de acordo com fluxogramas e/ou layout dos componentes do sistema HVAC.
- Todas as instalações devem estar corretamente instaladas e as instalações elétricas também.
- Estanqueidade deve ser realizada quando aplicável
- Todos os componentes devem ser verificados, como ventiladores, dampers, motores, serpentinas, inversores de frequência, filtros, etc.
- Verificação de componentes especiais como: Damper's estanques, dutos estanques, caixas de volume variável automática e mecânicas, Caixas de filtragem etc.
- Testes em instrumentação: deve-se verificar a correta instalação, certificados de calibração.
- Verificação de todos os desenhos do sistema assim como fluxogramas, desenhos de insuflamento, retorno e extração, cascata de pressão etc.
- Elaboração de protocolos de Qualificação de instalação com procedimentos de ensaios e desafios detalhados e específicos para cada item da instalação.
- Testes de operação em cada componente do sistema de HVAC.
- Todos os componentes devem ser testados, como ventiladores, dampers, motores, serpentinas, inversores de frequência, filtros, etc.
- Balanceamento de ar (vazões e número de trocas).
- Medição de Diferencial de Pressão dos filtros Absolutos.
- Integridade e Estanqueidade dos filtros.
- Diferenciais de Pressão e cascata de pressão.
- Sentidos e direções dos fluxos de ar.
- Temperatura e Umidade.
- Contagem de Partículas.
- Tempo de Recuperação.

- Teste de Fumaça (quando aplicável).
- Elaboração de protocolos de Qualificação de Operação com procedimentos de ensaios e desafios de possíveis falhas e limites, em detalhes e específico a cada item agora em operação.

QUALIFICAÇÃO DE PERFORMANCE EM EQUIPAMENTO.

- Verificação e medição de itens eletromecânicos do equipamento;
- Revisão e reaperto das conexões, no painel elétrico;
- Revisão e limpeza da parte interna do equipamento;
- Aferição e revisão do manômetro;
- Ensaio de Integridade e estanqueidade de sistema de filtragem absoluta ;
- Troca de pré-filtros (quando necessário) e medição do índice de saturação;
- Troca de filtros absolutos de sistema de extração (quando necessário);
- Troca de filtros absolutos de sistema de Insuflamento (quando necessário);
- Ensaio e ajuste da velocidade do fluxo de ar, downflow;
- Cálculo e ajuste da velocidade do fluxo de ar, inflow;
- Ensaio de vazão e uniformidade de insuflamento de ar (mínima e máxima);
- Medição da umidade relativa do ar e da temperatura da Cabine e Ambiente;
- Eficácia de fenda de tomada de ar para cabines de segurança biológica;
- Ensaio de luminosidade;
- Ensaio de ruídos;
- Classificação dos equipamentos (repouso e operação) através de contagem eletrônica de partículas com contador de partículas discretas.
- Relatório final encadernado contendo laudos técnicos, protocolos com detalhamento dos ensaios realizados, cálculos estatísticos, interpretação dos resultados obtidos, conclusão e recomendações, e carta de calibração dos equipamentos utilizados.

SERVIÇOS ADICIONAIS:

Consultoria - Comitê de ética animal CEUA:

As instituições interessadas em realizar atividades ou projetos que envolvam a produção, manutenção ou a utilização de animais pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto humanos, que englobam qualquer uso de animais para ensino ou pesquisa científica, deverão requerer o CIAEP (Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa) junto ao CONCEA, por meio do Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA.

É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs.

O CONCEA ressalta que as instituições que ainda não obtiveram o seu nº de CIAEP permanecem IMPEDIDAS de produzir, manter ou utilizar animais para atividades de ensino ou pesquisa científica até que obtenha o credenciamento deferido por este Conselho, sob pena das sanções previstas na Lei nº 11.794, de 2008, no Decreto nº 6.899, de 2009, e nas Resoluções Normativas nº 21 e 24, de 2015.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.078.445,37

11. Preço estimado: R\$ 4.078.445,37

O detalhamento da estimativa de custo total da contratação encontra-se na Planilha de Composição de Preço (docs. 72 e 73) desse Processo.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12. O parcelamento do serviço objeto do presente processo não seria técnica, econômica e administrativamente viável e provocaria a perda de economia de escala, conforme justificativas:

12.1. Técnica: o parcelamento levando em consideração a de eficiência, haja vista a descentralização de responsabilidades, ocasionando maiores gastos com despesas administrativas e operacionais. Além da necessidade de se contratar mais de um Técnico Responsável de Nível Superior para se responsabilizar tecnicamente pelos procedimentos realizados pela equipe da contratada.

12.2. Econômico: a contratação de várias empresas certamente causará a perda de economia de escala, quando o objetivo seria a redução das despesas (minimizar os custos) e obter maiores resultados, além do aumento de custos pela necessidade de gerenciar vários contratos.

12.3. Caso ocorram contratações com distintas empresas também seriam multiplicados os custos fixos e indiretos, principalmente os relacionados com a administração da própria empresa, de supervisão técnica e de encarregados.

Administrativamente: em função do quadro reduzido de servidores com qualificação profissional para gerenciar os contratos.

“No paradigmático entendimento do TCU, que inclusive resultou nas alterações da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, Acórdão 1214/2013 - Plenário, que teve por objeto representação formulada pela então Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos - Adplan, com o objetivo de apresentar propostas de melhorias nos procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal no voto do ilustre Ministro Relator Aroldo Cedraz, referente ao parcelamento do objeto, temos disposição importantíssima para a condução deste torneio licitatório “parcelamento do objeto”.

20. “O art, 47, da Lei 14.133 de 1/04/2021, estabelece que”

As licitações de serviços atenderão aos princípios:

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

21. Trata-se de dispositivo que não traz uma regra absoluta pelo parcelamento ou não do objeto. Há que se avaliar, para cada tipo de contratação, se o parcelamento é benéfico ou não para a administração, sob os pontos de vista técnico e econômico.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1 Existe 01 (uma) contratação correlata a esta demanda do serviço de gerenciamento do Biotério Central da UFPE:

13.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamento Gerador para o prédio do Biotério Central da UFPE. (Processo nº 23076.048708/2022-71)

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. *A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFPE e foi registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), para o exercício de 2023, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, aplicável por força do art. 2º da referida Instrução.*

14.2. *A realização dos serviços sob o regime de execução indireta, ora em voga, alinha-se com o Plano Estratégico da UFPE: 2013 - 2027, na medida em que, por fornecer apoio e subsídio necessários, visa proporcionar a excelência na prestação dos serviços com qualidade*

15. Condições Comerciais

15.1. Local da execução dos serviços:

- BIOTÉRIO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - RECIFE-PE.

- Endereço: Av. Professor Moares Rego, 1235 - Bairro: Cidade Universitária - Recife/PE (próximo ao Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami - LIKA)

15.3. Prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias.

15.4. Prazo de pagamento:

15.4.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/PE, a crédito do beneficiário, no prazo de 20 dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados.

15.5. Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos inclusive a diferença do ICMS entre os Estados, para as empresas com sede fora do Estado de Pernambuco, se for o caso, os encargos sociais, despesas com frete e quaisquer outros que porventura recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

15.6. Será concedida isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgão do Poder Executivo da Administração Pública Federal Direta e suas Fundações e Autarquias.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. *Pretende-se, como resultado da contratação, que as atividades do Biotério central sejam realizadas de forma adequada e eficiente, através da oferta de mão de obra especializada. Em consequência. Busca-se a excelência na prestação dos serviços contratados.*

De forma específica, seguem outros resultados pretendidos:

- *Garantir a boa execução dos serviços de apoio administrativo, embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade;*
- *Manter a qualidade na prestação dos serviços de ensino, pesquisa e extensão;*
- *Economicidade, ao realizar contratação de profissional especializado, gerando dinamismo e rapidez no atendimento a demanda;*
- *A prestação de serviços com maior eficiência;*
- *Modernização do paradigma de serviços com alternativas flexíveis e adequadas às demandas, considerando a complexidade das atividades exercidas;*
- *Soluções mais rápidas às demandas internas e sua consequente repercussão nos serviços ofertados por esta Universidade;*

16.2. Além disso, com a presente contratação, a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

18. Possíveis Impactos Ambientais

18.1. O uso da ração não causa impactos ambientais. Apesar disso, toda a cama suja com dejetos dos animais é descartada de maneira adequada, em local apropriado, destinado para resíduos biológicos.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação alinha-se às atividades imprescindíveis para se atingir às finalidades da ação pretendida e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico conforme demonstra esse estudo.

A pesquisa científica na área biomédica realizada na UFPE depende do uso de animais. Estes animais devem ser cuidados de forma ética e de acordo com legislação vigente. Desta forma é necessária a contratação de mão de obra específica para este serviço bem como os insumos para manutenção dos animais e para a redução de riscos de acidentes com os bioteristas.

Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão.

No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, porém, por ser um serviço específico para biotérios não há muitas empresas prestadoras de serviço de terceirização no seguimento.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

Essa comissão declara ser viável a contratação dos serviços elencados nesse estudo.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAQUIM FERREIRA MARTINS FILHO

Diretor de Pesquisa - Substituto Eventual do Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

VINICIUS VASCONCELOS GOMES DE OLIVEIRA

Médico Veterinário

FABIANA ALVES DO NASCIMENTO

Assistente em Administração - Substituta Eventual do Coordenador Administrativo Financeiro

Anexo VIII - H. Modelo de Vistoria.pdf

ANEXO IV DO TR – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). _____, R.G. _____, CPF _____, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto do Pregão Eletrônico Nº ____/____.

Recife, ... de de 20.. .

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

(Assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

REPRESENTANTE DA LICITANTE

(Nome, CPF e assinatura)

Observações:

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a com a Divisão de Recursos Hídricos e Efluentes DRHE/DSA/SINFRA, que deverá ser feito através do telefone ou e-mail informado no Item 5.13. do ETP. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.